

ATA Nº 4/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

27 DE JUNHO DE 2024

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Presidente da Mesa:** José Manuel Paulo Trincão Marques (PS);
- **1ª Secretária:** Maria da Luz Marques Lopes (PS);
- **2ª Secretária:** Maria do Rosário Marques Luís (PS);
- **Partido Socialista (PS):** Francisco Fernandes Dinis, Soraia Raquel Penedo Vieira, Armando José Gonçalves Mendes Santos Rodrigues, Maria Filomena Lopes Sacramento, Rita Alexandra Duarte Santos Gomes Morte, Beatriz Eugénia Grincho de Carvalho, Carlos António Malheiro Godinho;
- **Coligação “Afirmar Torres Novas” (PPD/PSD - CDS/PP):** André Gonçalo Ferreira Valentim, Nuno Manuel Duarte da Cruz Carçoço, Susana Isabel da Costa Bráz, Francisco Valente Sarmento; -----
- **Movimento P’la Nossa Terra (MPNT):** Ana Mafalda Gigante Baptista, António Manuel Lucas de Lemos, José Manuel Pereira Santos, Hugo Tomé Gomes Ferreira;
- **Bloco de Esquerda (BE):** Rui Augusto Reis Alves Vieira, Luís Miguel Henriques Fanha;
- **CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV):** Júlio Francisco Ribeiro da Costa;
- **Presidentes de Juntas de Freguesia:** Leonel Seguro dos Santos (Freguesia de Assentis), Alfredo Manuel da Costa Antunes (Freguesia de Chancelaria), Manuel José Guerra Couteiro (Freguesia de Meia Via), Paulo Alexandre Ganhão Simões (Freguesia de Pedrógão), António Júlio Pereira Jorge (Freguesia de Riachos), Ana Patrícia Lourenço Batista (Secretária da União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel), Rui Manuel Gomes Nunes (União de Freguesias de Olaia e Paço), António Pedro Duarte Santos Morte (União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago), Maria do Rosário Nalha Marcelino (Tesoureira da União das

Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca) e João Carlos Cassis dos Santos (Freguesia de Zibreira).-----

Foram apresentadas as seguintes justificações de falta/ pedidos de substituição para esta sessão, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com a sua redação atual:

- Fernando Jorge Henriques Bonina Zuzarte Reis (MPTN), Carlos Renato Gonçalves Marçal (MPTN), Luzia Marta Tavares Serigado (MPTN); Roberto Jorge Monteiro Barata (BE); Ana Cristina Santos Banito Lopes Tomé (CDU). -----

Foram apresentadas as devidas justificações de falta e solicitadas as seguintes substituições para esta sessão, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 75/2013, de 12/9:

- Manuel Jorge Carvalho Júnior (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel) por Ana Patrícia Lourenço Batista (União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel). -----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Emanuel Leal Conde (PS) e Júlio Manuel dos Reis Clérigo (Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - São Pedro, Lapas e Ribeira Branca). -----

Estiveram presentes o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Srs. Vereadores Elvira Sequeira, João Trindade, Joaquim Cabral e António Rodrigues. -----

Presidente da Mesa: “Boa noite. Vamos dar início a esta Assembleia Municipal ordinária do mês de junho de 2024, tenho duas inscrições do público, uma feita previamente, por e-mail, de Margarida Pedro Livramento e tenho outra inscrição que foi feita agora, de Leonor Margarido.

Assim, dou a palavra em primeiro lugar, à Margarida Pedro Livramento.”

Margarida Pedro Livramento: “Viemos aqui todos hoje para expor um problema que não é só ambiental, mas também de saúde pública na aldeia de Parceiros de Igreja. A empresa Cratoliva, sita nesta localidade, processa óleo alimentar refinado e decorrente da sua atividade exaustiva, por causa deste problema, emite um odor nauseabundo e

substâncias negras, que se depositam nos telhados e terraços das aldeias próximas de Parceiros. Após vários populares terem feito queixa, o SOS Ambiente da GNR esclarece que, e passo a citar: “O fumo não corresponde efetivamente a fumo, mas sim a vapor de água do funcionamento dos secadores do bagaço de azeitona”. No entanto, qualquer um dos presentes sabe que, embora o vapor de água possa conter algum tipo de cheiro, não contém partículas negras.

A prova de que o fumo emanado não pode ser, efetivamente, vapor de água, encontra-se no telhado da própria fábrica que, tendo sido substituída há cerca de 2 anos, apresentava uma cor avermelhada e, hoje em dia, é negro. Ora, se fosse vapor de água à sua passagem pelo telhado teria um efeito de limpeza, uma vez que é água no estado gasoso e não de sujidade. O SOS Ambiente afirma ainda que o levantamento da chaminé que liberta o vapor de água, permitiu a redução do mau cheiro. De facto, a chaminé que labora durante o período diurno é construída em 2020/21 e emana apenas fumo branco, estando licenciada até 2027. Contudo, a partir das 17 horas, passa a funcionar a chaminé mais antiga, e é por volta dessa hora que se começam a sentir os efeitos nocivos, estendendo-se durante a noite. Ora, se em 2021 a fábrica foi obrigada a construir uma nova chaminé, porque é que labora agora com a antiga?

Este problema está a perturbar severamente a nossa população, que sofre já de inúmeros problemas respiratórios e existem também diversos casais novos que podiam repovoar a nossa aldeia, que está tão envelhecida, a abandonar as suas habitações.

Hoje viemos aqui todos de máscara, numa tentativa de ilustrar a dificuldade que temos em sair à rua com o cheiro nauseabundo e as partículas que se depositam nos nossos pulmões. Gostávamos, portanto, de questionar qual é o horário de laboração desta fábrica e se a velha chaminé pode, efetivamente, laborar?

Gostaríamos ainda de saber, quais é que são os apoios que o município e o estado nos podem dar para resolver este problema. Numa época em que as alterações climáticas e a poluição são um assunto cada vez mais na ordem do dia, sabendo que em 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano e que o terceiro Objetivo do Desenvolvimento Sustentável, é o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.”

António Abreu: “Aquilo que eu quero aqui vir dizer, e pedir, à Câmara Municipal de Torres Novas, é que faça alguma coisa em prol da população de Parceiros de Igreja. Porque não é só de agora, já é de há 8 meses para cá, não se pode respirar.

Eu tenho fotos tiradas às 2 da manhã, tiradas às 21, tiradas a qualquer hora e aquilo é impossível respirar. Ao ponto que, uma pessoa numa aldeia pequena, em que somos todos conhecidos, como bem sabe o Sr. Presidente, a vinte metros não nos conseguimos conhecer, imagine como é que nós estamos, a nível respiratório. Está impossível viver naquela terra. As nossas crianças têm o direito de viver e crescerem saudáveis, como tem qualquer criança, é só isto que tenho para dizer.”

Fernando Silva: “Eu gostava de saber, além daquilo que o António agora explicou aqui, que era essa a minha intenção também, falar aqui das pessoas mais vulneráveis, estamos a falar de crianças e pessoas idosas que são as primeiras a ter os problemas, que já têm e outros futuros, além dos outros, e terem o direito, simplesmente, de abrir uma janela.

Estamos a morar numa aldeia, todos têm um terraçozinho, um jardim, maior, mais pequeno, usufruir de um espaço exterior, é impossível já há meses e meses, fazer isso. Não se pode abrir uma janela naquela aldeia e nas outras arredores, com certeza. Eu acho que não foi comunicada aqui às aldeias todas envolventes, infelizmente, mas irá para a frente, com certeza, se isto não for resolvido. E acho que todos temos que nos implicar nisso, porque queremos apenas poder respirar como todos vós, toda a gente, simplesmente. Não estamos aqui a pedir que aquilo feche, não, aquela fábrica não pode estar a deitar aqueles...como é que se diz? Vapor de água? Não, desculpem lá, vapor de água carregado com todos aqueles produtos químicos? Se vão limpar, todos os dias, uma mesinha cá fora, quem tem terraços, e tudo e mais alguma coisa, não se pode. Eu tenho lá um cão, tenho que o trazer para dentro de casa e o cão costuma estar sempre lá fora, até tenho pena do animal. Mas queremos apenas ter o direito de poder respirar naquela aldeia.

Agora, eu tenho uma pergunta também, qual foi a entidade que decretou que ali não há problema nenhum, apenas vapor de água? Porque, quando nós falamos com as autoridades, é essa resposta que nos dão, mas eu gostava de saber quem foi a pessoa, a entidade que foi falar com a GNR, para dizer: «não, aquilo tá tudo bem, a fábrica está impecável e aquilo que vocês estão a respirar é vapor de água e acabou». Não pode ser.”

Ana Batista (Secretária - União das Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel): “Esta causa não é só da Margarida, não é só das pessoas que aqui vieram, é de todos nós que vivemos nos Parceiros e nas aldeias limítrofes. Todos nós sofremos muito com o mau cheiro, com a poluição ambiental.

Há um aspeto que ainda não foi mencionado e que não podemos esquecer, a poluição hídrica. Existe uma linha de água nas traseiras da fábrica, são efetuadas descargas clandestinas, não conseguimos monitorizar todas, algumas já foram apanhadas pela SEPNA, dizem ser, supostamente, água utilizada nos tanques para refrigeração. A verdade é que os tanques estão rotos, têm tubos ladrões, estão a contaminar o ribeiro, há pessoas que têm hortas por toda a extensão do Vale da Nogueira e estamos a ser prejudicados, não sabemos até que ponto essas águas se estão a infiltrar nos níveis freáticos.

Outra questão que me preocupa, é a utilização de benzina. A fábrica utiliza benzina, não sou experiente no assunto, mas tenho a certeza que não há um plano de segurança para armazenamento de substâncias inflamáveis, eu entrei lá dentro em 2021 e aquilo mete medo. A fábrica está obsoleta, não tem o mínimo de condições de segurança para os seus trabalhadores, para nós, que moramos lá perto e se houver, Deus que nos ajude e que nunca aconteça, uma explosão, o fogo entra pelo Vale da Nogueira e não sabemos quando o parar. Vocês lembram-se, em 2004, como é que foi, um contrafogo incendiado nos Resgais é que o conseguiu travar e se aquilo vai pelos ares, todos nós estamos em risco. Peço ajuda, aos nossos Vereadores, ao Sr. Presidente, a todos os membros da Assembleia, que nos possam ajudar, queremos fazer-nos ouvir, precisamos de ajuda, temos que levar isto, as nossas manifestações, a fundo, chegar às entidades competentes. O IMAGAOT, compromete-se a mandar a CCDR, eu e muitos de vós também já tiveram essa resposta, até hoje a CCDR ainda não compareceu. Esteve lá em 202, tivemos uma chaminé nova e nada mais mudou quanto a isso. Temos feito as diligências necessárias, mas não podemos esperar mais e, antes que seja tarde demais, por favor, tentem colaborar connosco, compreendam as nossas reivindicações que são mais do que justas.”

Júlio Costa: “Quero saudar a população que veio aqui trazer esta questão e reforçar a necessidade desta população ver as questões esclarecidas, e que a Câmara Municipal tome todas as diligências para que a população possa viver bem na sua terra. Vivemos em pleno

século XXI e não tem cabimento as pessoas estarem a sofrer com estas catástrofes ambientais.”

André Valentim: “Não é só um problema dos Parceiros, o vento predominante leva os odores para os Parceiros, mas eu moro na zona da Barreira Alva e também já sinto esta situação. Enquanto partido político, nós temos reiteradamente feito estas questões ao Sr. Presidente, e ao Sr. Vice-presidente que é, aliás, o responsável pela autorização ou não de laboração desta fábrica.

Vou só relembrar, em 2022, na Assembleia de 22 de fevereiro, foi posta a seguinte questão ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente, relativamente a esta situação da Cratoliva, na sequência da receção do parecer da CCDR:

«1. Que medidas administrativas já foram tomadas ou prazos concedidos para que a empresa regularize as suas condições de funcionamento, nos termos do dito parecer da CCDR.

2. Já foi aferida a legalidade, nos termos do RJUE, da totalidade das construções?»

Ainda há bem pouco tempo, todos vocês repararam, houve novos depósitos, parte-se do princípio que estão ainda dentro do perímetro do uso industrial que está afeto àquela fábrica, mas estas questões foram feitas em 2022.

Em 2022, no dito parecer da CCDR dizia: «O estabelecimento industrial Cratoliva, é uma atividade classificada como Tipo 3...» e isto quer dizer, tão simplesmente, que a Entidade Coordenadora do licenciamento industrial é a Câmara Municipal. Para além da competência de licenciamento das edificações, quem é a entidade responsável por atribuir a licença de laboração é a Câmara Municipal de Torres Novas, não é a CCDR. Tem que ter pareceres da APA, das águas, do ruído, de todas essas situações.

À data, o Sr. Vice-Presidente mencionou que notificou a empresa Cratoliva para que no espaço de 90 dias regularizasse a situação, fevereiro de 2022. O que é que foi feito? Não Sabemos, o Sr. Vice-presidente há-de mencionar.

Na Assembleia Municipal de 29 de Abril, já deste ano, o PSD voltou a questionar qual era o ponto de situação do funcionamento da Cratoliva e aquilo que o Sr. Presidente disse está na ata que iremos votar, o Sr. Presidente mencionou: «Neste momento, está a parte das entidades oficiais, nós também somos entidade oficial, mas da parte das instituições ambientais e da parte do Urbanismo, da Câmara, estão a intervir e, certamente, a levantar autos de contra-ordenação e eventual encerramento da fábrica.»

Perante a Moção apresentada pelos membros da assembleia de freguesia, que foi a Moção que recebemos e perante as queixas que temos aqui, reiteramos a nossa preocupação com a situação da laboração desta unidade industrial. O PSD faz questões muito concretas ao Sr. Vice-Presidente e ao Executivo: estão as instalações devidamente licenciadas nos termos do Regime Jurídico da Edificação, sim ou não? Há depósitos novos, há ampliações, têm licença de utilização, sim ou não? Qual o número de processo de licenciamento urbanístico e em que fase estão as eventuais legalizações das construções que lá estão?

Quantos autos de contraordenação, dito aqui, que iam ser efetuados em 2022 e em fevereiro deste ano, foram levantados? Qual a data do último auto? A questão das emissões, efetivamente, parece-nos que há lá uma torre que emite vapor de água, mas há uma torre mais pequenina que, ainda hoje de manhã passei lá, e está estava a emitir. Portanto, é normal que haja emissões, não se pode dizer que não há emissões, porque a própria Agência Portuguesa do Ambiente tem no seu registo que a Cratoliva utiliza solventes orgânicos e que há emissão de compostos orgânicos voláteis. Quando abrimos uma lata de verniz, aquilo que nós estamos a respirar são os componentes orgânicos voláteis. Há um registo certamente, esperamos nós, que haja monitorização desta situação, mas temos também esta questão claramente identificada, não podemos dizer que é só vapor de água, porque tal não corresponde à verdade.

Outra questão também, para além da linha de água, que é o que é e ela agora está bem tapadinha e não se vê muito bem, há outra situação claramente identificada, que tem a ver com a produção do ruído. Também está identificado no mapa de ruído do município, que há uma fonte produtora de ruído que excede os limites, quer durante o dia, quer durante a noite e que, até ao momento, o município não tomou nenhuma medida. E o Plano Municipal de Ruído e as medições que são feitas, são mesmo para garantir que o Executivo, ou as entidades que produzem esse ruído, terminem com esse excesso.

Outra questão muito concreta também que é, dentro da estrutura orgânica do Município, quem são os técnicos dirigentes e vereador responsável pela área do licenciamento industrial? Isto tem que estar definido. Gostaríamos que nos identificassem como é que se procede, internamente, à atribuição deste tipo de autorizações para a laboração destas atividades industriais. A bem dos munícipes e em especial dos moradores residentes nesta União de Freguesia e outras limítrofes, deve o Executivo exercer efetivamente as suas

competências, quer no que diz respeito ao licenciamento das construções, que há muitas dúvidas, quer no que diz respeito à laboração desta e de outras empresas.

Porque esta competência que os municípios têm atualmente da laboração de unidades industriais tipo 3 vai ser extensível a outras situações, e o município tem que ter uma estrutura que consiga acompanhar, devidamente, estes licenciamentos e a sua fase de laboração.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos que passados, pelo menos, estes 5 anos e julgo que desde 2015, 2016 esta questão tem sido abordada, que haja medidas concretas para, não digo terminar a laboração, mas para minimizar os impactos junto da população.”

Francisco Dinis: “Quero, em primeiro lugar, quero, em nome do PS, agradecer a mobilização realizada na luta pela reivindicação dos seus direitos. Uma prova de força e uma mensagem valiosa que não podemos deixar que nos passe ao lado. Um assunto já abordado, por diversas vezes, mas que nunca é de deixar de realçar as posições das pessoas pelas quais trabalhamos. Uma mensagem clara, audível e de grande importância. Depois, permitam-me também enaltecer aqui a intervenção da Patrícia Batista. Há formas e formas de se estar, na política como na vida. E neste caso, demonstrou como autarca e como cidadã uma postura exemplar, seja por dar voz à freguesia que representa, mas nas ações que também já tinha conhecimento que ela tinha promovido ao denunciar e pressionar a próprias entidades, algumas mencionadas aqui há pouco. Seria muito mais fácil organizar uma mobilização, aparecer e descartar uma fácil responsabilidade, mas não. E isto é uma postura de um grande autarca. O especial elogio para ela transfere-se para todos e todas os que de igual forma não vão parar na busca por uma solução, dos autarcas de freguesia ao comum cidadão, que aqui se faz sentir hoje ou que não pode estar aqui presente.

Permitam-me, numa abordagem simples e clara comentar a situação. As imagens que nos foram feitas chegar apresentam uma realidade evidente. Uma realidade que alterou o cenário que se vivia e que afetou todos e todas de uma forma que não é possível ignorar. E se os problemas não ocorreram numa única ocasião ou apenas agora, a verdade é que ao longo do último ano a situação tem vindo a agravar-se. Temos todos uma grande preocupação com o que temos vindo a assistir e é necessário dar uma resposta a esta gente, que só quer que seja reposta a normalidade da sua vida.

Os odores, os fumos e as poeiras existem e prejudicam gravemente a qualidade de vida das pessoas.

Também assisti a que este assunto fosse trazido na reunião de câmara, salvo erro, na última, mais concretamente pelo vereador João Trindade, e, por isso, questiono também o ponto de situação, o que pode o nosso presidente Pedro Ferreira comentar relativamente ao assunto?

A todos os presentes, de todos os partidos e do público que assiste há que dizer: Caminhemos no mesmo sentido. Em vez de um responsabilizar ou apontar a outros, procurando eventuais ganhos políticos, este é um assunto que precisa de todos sem exceção. Não há ganhos políticos, há somente ganhos para as pessoas.

Das nossas ações aqui hoje, dos diversos partidos, à muito importante ação da câmara ou ainda a ação que é necessária do Governo, todas as partes são fundamentais para chegarmos ao desejado objetivo.

Sejamos claros, há prejudicados e esses prejudicados são as pessoas pelas ações, alegadamente em incumprimento, da já mencionada empresa.

Por isso, o Partido Socialista de Torres Novas só tem uma posição. Uma posição que não é de 10, 20 ou 30, não é de 40 nem de 50, mas sim de 100% ao lado da população. Acima de tudo, porque elas têm razão, simplesmente isso.

Como é sabido, o PS há alguns anos que faz visitas regulares às freguesias. Na última, fizemos questão de ir, in loco, sentir as dificuldades e as queixas das pessoas. Mais que justificadas, diga-se. Sabíamos e testemunhámos novamente, reforçamos as nossas convicções. Tudo faremos para que o problema seja resolvido e se tenha reposto o normal dia-a-dia, com a qualidade de vida que as pessoas merecem.

Não podemos aceitar que o caminhar ou brincar com as pessoas no jardim, as normais tarefas do dia ou simplesmente o abrir de uma janela seja algo impossível de fazer. Para elas, a nossa solidariedade e promessa de empenho para que, lado a lado, juntos, superemos esta dificuldade.”

Rui Alves Vieira: “Estou aqui por aquilo que é óbvio, temos que nos solidarizar com a a situação que as pessoas estão a viver. Temos que pedir à Câmara que exerça todas as suas competências, neste caso, que é para não virmos a viver uma outra Fabrióleo, só que agora em vez de ser mais para o norte do concelho, é para o sul do concelho. A Fabrióleo demorou 20 anos a resolver e, mesmo assim, ainda tem situações pendentes e as pessoas

ainda sofrem os efeitos. É preciso que, com toda a retórica e todos os discursos políticos bonitos, esta situação tem que ficar resolvida e é a partir de amanhã que ela tem que se começar a resolver em definitivo.”

Mafalda Baptista: “O Movimento Pela Nossa Terra está solidário com os moradores de Parceiros de Igreja e das aldeias limítrofes. A saúde ambiental é um direito de todos nós. Agradecemos a coragem e a dignidade com que nos alertaram para este problema, que é de todo o concelho, não é só das aldeias, porque tenho a certeza que o ar em Torres Novas também há-de estar contaminado. O Movimento Pela Nossa Terra fará tudo o que está ao nosso alcance para ajudar estas populações, que são as que sofrem mais, e esperamos que o Executivo faça tudo o que for necessário. O Movimento Pela Nossa Terra está disponível para ajudar o Executivo na procura de uma solução.”

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago: “Em primeiro lugar, o objetivo da minha intervenção não era rigorosamente este dos temas que aqui foi abordado, mas como até Presidente de uma União de Freguesias vizinho da União de Freguesias de Brogueira, Parceiros de Igreja e Alcorochel, cabe-me também aqui dar a minha solidariedade a todos e a todas e subscrever todos os discursos das várias forças políticas, que aqui intervieram relativamente a este tema. O que posso dizer é que da parte da União de Freguesias de Santa Maria, Salvador e Santiago, com certeza, terão aqui um parceiro de luta na primeira linha para defender os interesses das nossas populações, porque vão-nos afetar a todos nós e ao nosso concelho.”

Presidente da Mesa: “Antes de mais quero dar as boas-vindas a todas as pessoas que aqui estão, relacionadas com este assunto e do assunto seguinte, eu sei que também há outro assunto do público para ser aqui abordado. A Assembleia Municipal é a casa da Democracia aqui em Torres Novas e, portanto, são sempre bem-vindos e estamos cá para vos ouvir e para ajudar as populações.

Em relação a este assunto em concreto, eu resido em Pedrogão, em linha reta para o equipamento fabril em causa devem ser para aí 5 km, felizmente, os ventos dominantes são de norte, mas quando o vento é sul eu já senti o cheiro em minha casa. É evidente que muito menos do que vocês que moram lá ao lado, eu imagino que deve ser insuportável

abrir uma janela, deve ser insuportável estar na rua, já ouvi pessoas dizerem que não podem estender roupa, ficam com a roupa a cheirar mal.

Portanto, temos aqui um problema gravíssimo do ponto de vista ambiental, o problema que salta mais à vista é o problema da qualidade do ar, com partículas ou sem partículas, porque a qualidade do ar tem que ser defendida tenha partículas ou não tenha partículas. Não sou técnico, não sei se tem partículas ou não tem partículas, o que sei é que cheira mal, mesmo que não tenha partículas a Constituição da República Portuguesa, o Código Civil, a lei em geral, várias leis, defendem a qualidade de vida das pessoas e é disso que estamos a falar, e a qualidade do ar. Eu não quero estar aqui, enfim, a ser maçador, o artigo 66º da Constituição da República Portuguesa que é, enfim, a lei máxima do nosso país, diz claramente no artigo 66º, número 1: «Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.»

Vocês têm direito a esse ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e todos nós temos o direito de o defender, porque todos nós, como cidadãos, para além do direito a esse ambiente também temos o dever de o defender. Para assegurar diz o número dois da Constituição da República: «Para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos:

- a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;
- b) Ordenar e promover o ordenamento do território, tendo em vista uma correta localização das atividades, um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem...». E poderia falar também de outras disposições constitucionais, nomeadamente, o artigo 9º alínea d), não vale a pena. O próprio Código Civil defende, deixo aqui esta nota, e o Código Civil é mais antigo que a Constituição da República, já vem dos anos 60, o artigo 1346º do Código Civil diz que as pessoas têm direito e podem opor-se à emissão de fumos, fuligem, vapores cheiros, calor ou ruídos, trepidações, etc.

Portanto, vocês têm toda a razão do ponto de vista moral, mas também do ponto de vista legal e, como é costume nestas situações, sou especialmente sensível a estas questões ambientais, estou a 200% nesta causa. Até porque, ainda que à distância, mas mesmo que não me chegasse o cheiro a casa, eu estaria convosco, porque nem que fosse num concelho vizinho, ou nem que seja no Minho ou no Algarve, ou noutro país, devemos defender o

nosso planeta. Aqui no concelho mais dever temos nós de defender e, portanto, podem contar comigo na qualidade de cidadão e na qualidade de Presidente desta Assembleia.

O que temos aqui neste caso, em concreto, é um problema de cheiros e de odores, é disso que penso que todos vós se queixam, em primeira linha, portanto, esta situação tem que ser resolvida, mas também temos que resolver a questão da poluição hídrica e do próprio ruído, e do ruído nunca me percebi porque não moro lá perto, mas todas essas situações têm que ser vistas.

E digo mais, na minha opinião e não me inibo de dizer isto aqui, com esta crueza, empresas poluidoras não são bem-vindas em Torres Novas, ponto final. Empresas poluidoras não são bem-vindas porque, primeiro, está a qualidade de vida dos cidadãos acima de tudo resto. A qualidade de vida de todos nós, todos vós, as pessoas que moram lá ao pé e, volto a repetir, não queria estar, e compreendo a vossa posição, mas não queria estar na vossa na vossa pele, se me permitem a expressão. Não deve ser fácil, não deve ser nada agradável todos os dias estarem a sofrer com os maus cheiros.

Para terminar e o que quero dizer há aqui uma convergência de opiniões até agora, quer das intervenções que foram feitas pelas pessoas, quer da própria Junta de Freguesia que, segundo sei, tenho acompanhado, esta Junta e a Assembleia de Freguesia em si, têm-se preocupado com este assunto e têm feito abaixo-assinados, denúncias. Aqui, as várias forças políticas também manifestaram esse empenho e, portanto, temos que dar as mãos a partir de hoje, e já é tarde, para tentarmos resolver este problema com urgência, que é um problema grave que está aqui.”

António Lemos: “Eu recebi agora aqui uma notificação e só por isso é que vim aqui falar, em que diz *que não há nenhuma lei para o cheiro, não existe medida de cheiro legalmente prevista, apenas há limites a compostos químicos e orgânicos. O problema é esse, de tal forma que é muito difícil ir atacar pelo cheiro e os químicos orgânicos voláteis são muito difíceis de quantificar.*

Portanto, o que nós estamos a ver aqui não é uma coisa simples, porque isto é tudo muito bonito, toda a gente fala, toda a gente diz coisas bonitas, mas depois, na prática, estamos a gramar com o cheiro. Eu acho que o que nós todos temos que fazer é uma posição de força, e a posição de força que vocês têm e que nós também podemos fazer é aos órgãos de comunicação social. Desculpem lá, se não fizerem barulho, isto anda mais não sei quantos anos e nunca mais se resolve.”

Presidente da Mesa: “Já agora, como o Lucas Lemos veio por cima de mim dizer que recebeu uma notificação a dizer que não há lei sobre o cheiro, eu vou responder.

Agora tornou-se moda nas assembleias municipais andarem a trocar mensagens, e de ignorantes, desculpem que diga, são ignorantes. Eu vou ler o artigo, vão à internet, artigo 1346º do Código Civil, eu não admito, eu sou jurista de formação, eu disse que as pessoas tinham razão ética, moral e legal, têm as duas, portanto, devemos atacar este problema do ponto de vista ético, moral e político e legal. O artigo 1346º do Código Civil, eu não o li há bocado, só li a Constituição. Quem mandou essa mensagem é um ignorante, não sabe o que está a dizer, não sei quem foi, portanto, não estou a insultar ninguém em concreto. Este assunto tem que ser combatido politicamente, com todas as forças a 200%, juridicamente e há leis ambientais em Portugal, aliás, um dos erros e ouviram-me aqui dizer várias vezes isto, um dos erros no combate à Fabrióleo foi irmos por fora das leis ambientais. Eu disse isso várias vezes aqui sozinho, praticamente, porque houve muitas entidades que puseram, desculpem a expressão, o “rabo de fora”, quando era preciso agir ambientalmente.

Há leis ambientais e as leis ambientais são para cumprir, aliás, Portugal tem uma Constituição da República e legislação ambiental suficientemente avançada para poder cumprir as leis ambientais. Pode-se atacar pelo urbanismo, pode e deve, pode-se atacar pela lei do ruído, pode e deve, mas o artigo 1346º do Código Civil diz: *O proprietário de um imóvel pode opor-se à emissão de fumo, fuligem, vapores, cheiros, calor ou ruídos, bem como à produção de trepidações e a outros quaisquer factos semelhantes, provenientes de prédio vizinho, sempre que tais factos importem um prejuízo substancial para o uso do imóvel ou não resultem da utilização normal do prédio de que emanam.*

Existe legislação ambiental para combater o problema, que deve ser atacado conjuntamente com outras ações, com legislação urbanística, com legislação de ruído, com legislação hídrica, com movimentação política de toda a ordem, e hoje estamos aqui a assistir a uma movimentação política perfeitamente legítima e devemos continuá-la. Portanto, não devemos desarmar nenhuma das armas, salvo seja, é um pleonasma, não devemos deixar de usar nenhuma das armas que temos nas mãos, nomeadamente, a legislação existente no combate aos cheiros e odores, que é aquilo que as pessoas se mais queixam. Volto a dizer, eu só vi aqui por causa disso, quem mandou essa mensagem é

ignorante, peço desculpa. Volto a repetir, contem comigo como cidadão, como presidente desta Assembleia para vos ajudar a resolver o problema.”

Presidente da Câmara Municipal: “Eu acho que o pior que pode acontecer para levar a bom termo este processo é meter-se política no meio. Começo por aí, porque acho que não resulta muito quem é que ganha a bandeira, a bandeira tem que ser ganha pela população, a bem da saúde, a bem do bem-estar seja de quem for, independentemente das cores políticas, não vale a pena aqui valorizar. Porque se fôssemos a valorizar, eu tinha dentro da minha convicção e de ser verdadeiro, ter que dizer que todos os partidos desde que houve o problema da Fabrióleo, todos os partidos fora da Câmara, todos os governos falharam, eu fui testemunha disso. Estou há 30 anos na Câmara e sei onde é que falhou o processo da Fabrióleo, por acaso, tornou-se mais agudizante no meu primeiro ano de mandato, eu era vice-presidente passei a Presidente, logo a primeira prenda que recebo e a crescer: Fabrióleo em força e com as manifestações como todos se lembram, com ameaças, tudo e mais alguma coisa. Resolveu-se com todas as forças políticas da Câmara, com a ação da Câmara e da Assembleia Municipal, levou-se a bom termo e conseguimos, felizmente, acabar com o problema. Podemos dizer que ainda não está acabado, o que não está acabado é retirar os restos mortais de podridão que existem naquela fábrica, já se fez uma parte, falta outra e essa outra que falta o que o importa é que não está a funcionar, não vai funcionar. Isso é um ponto que pode servir, deve servir como excelente exemplo do que a Câmara pode fazer e as populações para levar a bom termo a questão agora da Cratoliva.

A questão da Cratoliva, em 2021, se o Vice-Presidente depois quiser complementar. A Cratoliva, com outro nome ou com aquele, sempre teve uma licença eventualmente incompleta, obviamente, tem que ser vista, mas sempre teve ali uma licença, tem vários edifícios, estão todos licenciados ou não? É essa questão que foi aqui já hoje levantada e que tem que ser vista, mas à volta de uma empresa poluidora e não basta só o Urbanismo a funcionar, ou o dar um muro na mesa de um presidente de Câmara ou de um presidente da Assembleia Municipal, não, há uma legislação a cumprir.

Felizmente que Portugal tem muitas entidades que devem debruçar-se sobre isso, se estão adormecidas ou não, aí compete à Câmara abaná-las, à comunicação social, eventualmente, dizer, porque é que não vão lá. Nós convocamos todas, a população fica já esclarecida que nós contactamos a CCDR, contactamos a Agência Portuguesa do

Ambiente, com officios que podemos fazer chegar a alguém que vos represente, nomeadamente, a União de Freguesias, a GNRSepna, a Delegação de Saúde, a ASAE, e até o proprietário. Eu contactei o proprietário ontem, estabeleci contacto com ele e disse-lhe o panorama que estava a acontecer, as medidas que já tínhamos tomado, que ele não estranhasse as visitas das mais diversas comissões ligadas à inspeção do ambiente e que se ele tivesse bom senso, ele devia saber o que devia fazer. Eu não sei se ele percebeu ou não as minhas palavras, nem sei, espero que seja verdade o que ele me disse, ele disse-me que a partir deste fim de semana que suspendia, parava a queima, a utilização dentro da fábrica. Se vai cumprir ou não, não sei, não tenho nada escrito, foi-me dito verbalmente, mas foi-me dito e eu até lhe perguntei, “o senhor está-me a dizer a mim, eu vou dizer isso na Assembleia Municipal”, “pode dizer”, eu espero, não conheço o senhor de lado nenhum em termos pessoais, que ele cumpra o que me disse, até ter, se é que vai ter as situações resolvidas, em termos de legalização.

Neste momento, o que é que nós estamos a fazer da parte da Câmara, temos ferramentas que vamos utilizar, penso que já está uma comissão inspetora que durante a semana vem fazer um levantamento das irregularidades que estão, a questão da qualidade do ar ou não pertence também à Delegação de Saúde, espero que tome essas medidas também. Portanto, há aqui uma série de entidades que estão obrigatoriamente envolvidas no bem-estar dos cidadãos, que têm que agir. Eu garanto-vos, como Presidente da Câmara, parece que foram duas prendas envenenadas que eu recebi em três mandatos que tenho aqui, no primeiro recebi a Fabrióleo e, agora, calhou-me a Cratoliva, se resultar com a Cratoliva como consegui, eu, todos, resolver o problema da Fabrióleo, dou-me por muito satisfeito neste último mandato que termina para o ano. Farei todos os possíveis, por mil e um motivos que não tenho que dizer aqui, que já disse tantas vezes, na zona de Parceiros de Igreja e Resgais, não vale a pena repetir, cada um que me conhece sabe onde é que eu quero chegar, mas se fosse aqui em Torres Novas ou fosse em Fungalvaz, ou noutra aldeia qualquer do concelho, eu estaria sempre com essas pessoas.

Por isso, eu aplaudo porque vos conheço todos e ao conhecer todos eu estou a dizer isto no sentido de cidadãos pacíficos, cumpridores dos seus deveres como cidadãos em todos os aspetos da vida e que tiveram a coragem, também é preciso.

As pessoas utilizam menos do que deviam quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal, de 15 em 15 dias fazemos reuniões de Câmara, e lá aparece um munícipe ou outro, ou um

presidente de junta ou outro, mas podia ser mais explorado, há um espaço para o público se pronunciar e vocês souberam, com dignidade, apresentá-lo.

Devo dizer e saúdo também e agradeço, aos partidos políticos aqui representados nesta sala e que fizeram a sua intervenção, que acabaram todos por dizer o mesmo, que estão com a população, agora só temos é que provar isso e o mais depressa possível.”

Presidente da Mesa: “Portanto, este assunto primeiro do público está falado, está discutido por hoje, vamos voltar a ele em breve, esperemos que com boas notícias e vamos empenhar-nos todos então e volto a repetir, podem contar comigo, com a Mesa e com os membros todos desta Assembleia, fomos todos convergentes nessa ação, para tentar resolver o vosso problema que é um problema grave.

Vamos seguir com a outra pessoa do público que está inscrita, que é a Leonor Margarido.”

Leonor Margarido: “Dirijo-me a esta Assembleia como porta-voz do grupo de cidadãos que teve a iniciativa para a instalação de um Multibanco, bem como, toda a população da Freguesia de Zibreira. Assim, considerando a importância de fornecer serviços essenciais aos residentes, a instalação de uma caixa Multibanco na nossa freguesia representa uma oportunidade significativa para melhorar a qualidade de vida e proporcionar maior segurança e conveniente aos nossos idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Consideramos que esta iniciativa será um passo importante para a freguesia de Zibreira. As 708 assinaturas recolhidas no abaixo-assinado que promovemos junto da população, que já foram entregues na Assembleia de Freguesia, portanto, é do conhecimento da Assembleia de Freguesia, são expressivas da vontade da população. Solicita-se à Câmara de Torres Novas, em conjunto com a Junta de Freguesia de Zibreira, que desenvolvam esforços junto das instituições bancárias ou de outras, para que seja possível a instalação do Multibanco, o mais rápido possível, na nossa freguesia.”

Júlio Costa: “Tal como no assunto anterior, mais do que palavras, os problemas exigem ações para as resolver, sem demoras nem adiamentos. E é isso que as populações estão a fazer e vieram hoje aqui demonstrar, é agarrar os problemas com as próprias mãos e lutar pela resolução dos mesmos. Foi a questão da Cratoliva, agora é a questão do multibanco na Zibreira e saúdo a população da Zibreira nesta recolha de assinaturas e têm todo o

apoio da CDU. Podem contar com a CDU para levar esta luta avante, tal como na questão anterior.”

Presidente da Câmara Municipal: “Sei que o Presidente da Junta já há alguns dias, por acaso, abordou comigo essa situação. Certamente, ele estará a tratar do assunto de alguma maneira.”

Presidente da Mesa: “Antes de entrar no período de Antes da Ordem do Dia, só dar nota aqui de duas questões prévias, de expediente, que são os seguintes: receberam hoje e ontem, nos últimos dias todos reenvios de e-mails que eu fui insistindo. Eu tive o cuidado, sempre fiz isso, sempre mandei por e-mail, quando algum membro desta Assembleia pede alguma informação à Câmara pode pedir diretamente, ou pode pedir por meu intermédio, eu não tenho resposta para dar, porque não sou membro do Executivo, desconheço os assuntos, o que eu faço nos termos legais e regimentais, é reencaminhar e ficar a aguardar resposta. Vou tentando controlar o melhor possível, umas vezes telefonicamente, às vezes pessoalmente e sempre por e-mail, existem e-mails registados disto tudo.

Desta vez, resolvi dar conhecimento, porque numa das últimas Assembleias criou-se a dúvida se, efetivamente, eu insistiria ou não e, portanto, só neste mês passado ou desde há dois meses, mandei para aí uns três e-mails a insistir, para além das conversas que tivemos e algumas das respostas penso que vieram, nem tive tempo de ver com atenção. As respostas estão a vir, não sei se estão todas, agradeço a quem as pediu se faltar alguma que lembre, porque até pode haver o caso de se pensar que, quem responde, respondeu e estar a faltar qualquer coisa, pode haver boa fé também, dizer “achamos que respondemos” e “há aí um ponto que está menos esclarecido”, é bom que lembrem. E é assim que se trabalha, com boa fé e com transparência, contem comigo sempre para cumprir o que está na lei e no Regimento relativamente a estas questões dos pedidos de informação. Aliás, quando vêm as respostas, normalmente, vem o reencaminhamento também do e-mail que eu mando, desta vez até pedi aos serviços para reenviar os três ou quatro e-mails anteriores meus, para que não houvesse qualquer tipo de dúvida e penso que este assunto estará no bom caminho.”

Presidente da Câmara Municipal: “É só informar, por vezes, as questões colocadas podem demorar, estou-me a lembrar, por exemplo, a questão dos loteamentos junto do

Urbanismo não foi uma resposta fácil, porque tem uma certa complexidade, mas à parte disso e do que sei, até ao dia de hoje foi tudo respondido. Se houver da parte do Bloco de Esquerda alguma dúvida, que ponham e depois procuraremos esclarecer.”

Presidente da Mesa: “Este era um ponto, o outro tem a ver com o e-mail que recebi hoje e também mandei o histórico de perguntas da minha parte, todos receberam, foram para aí uns três ou quatro e-mails que eu enviei ao longo deste tempo todo. Eu só reuni uma vez, pessoalmente, com a direção da Renova, só uma vez e eu sei que há aqui pessoas na sala que também lá estiveram noutra vez, portanto, tiveram tantas como eu, mas troquei e-mails e os e-mails que troquei estão aqui, e tive uma conversa telefónica. Isto, para dizer o seguinte, na minha perspetiva, na sequência do que disse numa das Assembleias últimas, continuo com esperança de que este assunto seja resolvido de uma forma equilibrada e consensual, sem necessidade de tribunais nem nada disso, que não é benéfico para ninguém, atrasa e do ponto de vista jurídico é uma situação complicada. Eu fiquei satisfeito com esta resposta de hoje, pensava que poderia não vir, é uma resposta que não adianta muito, mas em todo o caso mostra que a porta está aberta à negociação e à solução consensual. Espero, numa próxima Assembleia, ter mais desenvolvimentos positivos, no sentido de arranjarmos uma solução benéfica para todos, inclusivamente também para as populações e para os proprietários envolventes.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da União das Freguesias de Torres Novas - Santa Maria, Salvador e Santiago: “O que me traz hoje aqui é uma situação nova e é uma situação que tem a ver com caminhos públicos, estrada romana, estrada pública, acontece e vou passar aqui a ler um texto para conseguir enquadrar e dar conta do que se está a passar, e é assim: “Na passada sexta-feira, dia 21 de junho, recebi uma chamada telefónica a alertar o facto dos atuais proprietários ou seus representantes, da denominada Quinta do Marquês, também conhecida por Quinta de Santo António, estarem a proceder a trabalhos de aplicação de postes para acomodação de correntes com cadeados, para o encerramento de várias vias de comunicação, estradas, caminhos públicos na área envolvente da referida Quinta.

De imediato, a Junta de Freguesia contactou os serviços competentes da Câmara Municipal, via telefone, à triste notícia que havia recebido. Foi comunicado pelos serviços que iriam proceder à verificação da situação no terreno, o que veio a acontecer. No fim de semana de 22 e 23 de junho, esta União de Freguesias procedeu à visita, localização referida, documentando com fotos as ocorrências transmitidas. Na segunda-feira, dia 24, recebemos nos nossos serviços mail de um freguês residente e conhecedor do historial e de lutas desenvolvidas pela população à época, Conde da Foz, para evitar o que agora infelizmente está a acontecer. Este senhor Conde da Foz era o antigo proprietário, na década de 60, da chamada Quinta de Santo António, mais conhecida pela Quinta do Marquês. Providenciamos, por escrito, para a Câmara Municipal de Torres Novas, a descrição dos factos. Na terça-feira, continuamos a acompanhar o desenvolvimento, tendo documentado mais uma vez com fotos, a evolução da situação que mais se agravou. Com os elementos que referimos e neste mesmo dia, via telefone, trocamos impressões com o Sr. Presidente Dr. Pedro Ferreira, que manifestou o seu desagrado e preocupação com a gravidade da situação. Face ao exposto, esta União de Freguesias de Torres Novas Santa Maria Salvador e Santiago, vem exigir que seja reposto o livre acesso das populações aos caminhos encerrados. Trata-se de uma situação que traduz claramente a prepotência dos atuais proprietários ou representantes da referida quinta, na tentativa de usurpação dos direitos da população. Há algo aqui a acrescentar, que eu quero aqui deixar, enquanto estes pressupostos não estiverem resolvidos ou haja abertura por parte dos proprietários, penso que tudo o que tenha a ver com negociações terá que partir de uma boa fé dos proprietários, para que os caminhos que estão encerrados venham a ser reabertos, e então depois entrarmos em conversações e negociações, porque fecharam sem passar cartão a ninguém, nem às populações.

E mais, pode acontecer, eventualmente, com estas situações que têm estado adormecidas, as próprias populações da área venham efetivamente a tomar algumas posições e, se calhar, de força, faz todo o sentido que elas venham a acontecer. Eu ando no terreno e falo com as pessoas todos os dias, noto que as pessoas cada vez estão mais nervosas e com mais vontade de fazer algo, que não devem fazer, relativamente à situação que se está a verificar.”

José Santos: “Em relação à Variante do Bom Amor, sendo certo que tudo continua na mesma, inexistência de bermas adequadas para quem caminha ao longo do percurso dessa

via, presentemente, com as exigências para os privados em termos da obrigatoriedade de manterem todos os espaços limpos de vegetação, e bem, os taludes ao longo desta via mantêm-se hoje com imensa vegetação que, ao não ser cortada, poderá originar risco de incêndios. Também não quero estar a ser injusto em relação às condições do Corredor Ecológico do Almonda, que já foi antes elogiado por este Movimento, se bem que por ser um utilizador habitual deste percurso, verifico que muitos dos arbustos ali plantados estão a secar e, por outro lado, constata-se falta de manutenção do percurso no que diz respeito à vegetação, que não está a ser cortada. Várias árvores caídas dentro do rio que não são retiradas e o próprio piso, que tem muita brita solta, deveria ser composto com pó de pedra ou outro material, facultando um acesso mais agradável a quem por lá passa todos os dias.

Outro assunto, tem a ver com a poluição por detritos imobiliários, já hoje se falou aqui muito dessa situação. Por força de responsabilidades que assumo na Associação de Caça Três Unidos, Lapas, Ribeira e São Pedro, em idas aos terrenos agrícolas e floresta, verifiquei a existência de descargas de materiais de obras e outros resíduos como, por exemplo, sofás, no meio de carrascos e vegetação, nos terrenos destas freguesias.

São, desde logo, atentados ao ambiente que se quer limpo e isento desses materiais, devem ter o destino em aterros ou reciclagem. Assim, o Movimento Pela Nossa Terra propõe que, por decisão do município, sejam criados em todas as freguesias do concelho sítios de ecopontos onde as populações possam deixar os seus resíduos, móveis antigos ou outros materiais, publicitando essa criação à população, evitando-se com isso a proliferação de lixo e materiais não degradáveis ao longo da nossa terra. Com isso, conseguiremos uma terra e um ambiente mais limpo, desculpem a redundância.”

Júlio Costa: “A ver com o Pedrógão, tomámos conhecimento da sugestão da CIMT para solução dos problemas de deslocação da freguesia do Pedrógão, que veio no seguimento duma contraproposta do PS que visou eclipsar a proposta da CDU que dava voz a cerca de 300 peticionários. Uma solução que não resolve nada. O que população de Pedrógão reivindica, e a CDU propõe, é que deixe de haver discriminação em relação à cidade: passando a usufruir de transporte gratuito com horários que satisfaçam as suas necessidades. Como ficou provado quando, finalmente, depois de longa luta, a gratuidade dos TUT se tornou uma realidade, as pessoas usufruem dos transportes públicos quando a isso são incentivadas.

Outra questão, a higiene das ruas da cidade e das aldeias tem sido uma preocupação constante dos munícipes.

Ervas tomam conta dos passeios, dificultando a circulação de peões e, em alguns casos, raspando nos automóveis. Também os talhões do cemitério chegam a ficar cobertos por vegetação – o que mexe com a sensibilidade de quem frequenta aquele local por razões sentimentalmente óbvias.

Noutra componente, ainda menos higiénica, em várias aldeias e alguns pontos da cidade, a recolha do lixo não se faz com a frequência necessária à salubridade dos locais.

Está a câmara municipal atenta a estes problemas? Está a empreender as diligências necessárias à sua resolução, perguntamos?

Queremos também dar nota que, segundo o que nos tem sido comunicado, por várias vezes, nomeadamente em situações de urgência, por alguma razão, o Gabinete Veterinário Municipal não tem conseguido proceder ao resgate de animais. Pelo que se sugere, que a Câmara Municipal tente perceber o que está a correr mal com este serviço e proceda à resolução desses problemas.”

Francisco Sarmento: “Pedi a palavra só para fazer duas questões rápidas e concretas. Primeira, as Piscinas Municipais estiveram interditas ao uso público, atendendo ao passado recente, nomeadamente, na situação do Palácio dos Desportos, gostaríamos de uma melhor explicação do sucedido e o que está na origem desta mesma interdição.

A segunda é, atendendo a que se irão realizar obras nas Piscinas Municipais, gostaríamos de saber como estas irão ser conciliadas, ou seja, os trabalhos irão ser conciliados com a normal utilização dos clubes desportivos e das piscinas.”

Presidente da Junta de Freguesia de Assentis: “Trago aqui um assunto que me preocupa que é o seguinte: no passado dia 2 de fevereiro houve uma reunião com a Câmara, elementos da Junta de Freguesia e o Desportivo do Assentis. Nessa reunião, ficou combinado que, quando terminasse a época desportiva, a Câmara ia mandar requalificar o relvado, porque existem prazos a cumprir. Porque a época terminou no dia 17 de junho e ficou combinado, logo de seguida, iniciarem as obras, não há nada que nos diga que as obras vão ser iniciadas em breve. Porque, a questão dos prazos complica porque a próxima época desportiva vai começar no dia 15 de setembro.

Tem que haver requalificação daquilo tudo, tem que haver jogos de treino, para o campeonato começar nessa data. Se não for feito esse trabalho, vai ficar em causa um espaço que é utilizado por mais de 70 miúdos que fazem parte das escolas de futebol, portanto, eu gostava que o Sr. Presidente me dissesse algo, relativamente a esta situação, para eu levar a notícia a quem de direito do Assentis.”

Rui Alves Vieira: “Trago aqui novamente o assunto da Renova e, obviamente, que estou plenamente de acordo com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, seria bom que este assunto fosse resolvido de uma forma consensual, não é aquilo que resulta da minha leitura do mail que a direção da Renova mandou.

O que é facto é que eu nos últimos 30 ou 40 dias ouvi na comunicação social, rádio, televisão e jornais, várias notícias sobre a nascente do Rio Almonda e todas elas refletiam a crispação que este tema tem gerado na nossa comunidade.

Naturalmente que esta é uma situação que nos fragiliza socialmente e que precisa, urgentemente, de uma solução que traga um equilíbrio justo entre as partes, não tenho qualquer dúvida, mas eu acho que não é isso que está a acontecer. Ainda na quinta-feira passada da ascensão, os responsáveis da Renova, à semelhança do que fizeram no ano passado, chamaram a GNR para identificar cidadãos que estariam a violar propriedade privada, em ações que se revelaram inconsequentes e abusivas. Isto não indicia qualquer tipo de consenso.

Por outro lado, há 5 ou 6 dias no programa da Antena 1 “Portugal em direto”, os responsáveis da Renova mantiveram-se irredutíveis na sua posição, ao transmitir à comunicação social que iriam “proporcionar visitas à nascente do Almonda com dia e hora marcada”. Creio que até disseram aos dias úteis, portanto, na minha perspetiva os responsáveis da Renova furtam-se ao diálogo, mantêm-se entrincheirados na sua misantropia em relação à nascente do Almonda e consideram este, um assunto encerrado. Por isso, infelizmente tenho que deixar aqui o meu vaticínio de que chegaremos ao final deste mandato autárquico sem que haja uma resolução consensual para este conflito. Esta irá certamente continuar a ser uma luta dura, como são todas as lutas por causas justas e só posso esperar que a sociedade civil permaneça mobilizada e ativa, na defesa daquilo que consideramos como sendo um bem inalienável e uma das mais importantes e simbólicas riquezas naturais e arqueológicas do nosso território, que é o sítio da nascente do Rio Almonda.

A propósito da intervenção sobre o encerramento da Estrada do Alto do Bom Amor para Gateiras de Santo António, eu não deixo de ver aqui um certo paralelismo, outros poderão vê-lo ou não, mas eu vejo aqui um certo paralelismo com a nascente do Almonda, são processos que se tocam.

O segundo tema refere-se ao Mercado Municipal. Na Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2023, o Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação à Câmara sobre o Mercado Municipal com o objetivo de dar ênfase à imperiosa necessidade de uma intervenção física, com vista à requalificação e otimização do Mercado Municipal, dotando-o de um conjunto de valências imprescindíveis à sua revitalização.

A recomendação foi recusada com os votos contra do PS e do MPNT, mas a realidade continua a dar razão ao BE. O tema continua adiado das prioridades políticas do município e o Mercado Municipal continua lenta e paulatinamente a definhar, há cada vez menos comerciantes e, naturalmente, cada vez menos clientes. Um local que deveria fervilhar de vida e ser uma âncora económica e social de Torres Novas é, cada vez mais, um local sem perspectivas, sem vida, sem futuro.

Ainda recentemente, numa entrevista dada ao programa Portugal em direto da Antena 1, o Sr. Vice-Presidente dizia que o Município iria dar uma pintura e arranjar a cobertura do edifício porque chove lá dentro.

A este propósito, gostaria de chamar a atenção para o ponto 15. da ordem de trabalhos desta Assembleia, onde consta a Informação do Presidente da Câmara à Assembleia. No que se refere ao Mercado Municipal, consta nesse documento, que “o projeto está em elaboração”, mas se consultarmos o correspondente documento de junho de 2023 sobre o Mercado Municipal, consta que o projeto está em elaboração. Se consultarmos o correspondente documento de junho de 2022, consta que o projeto está em elaboração. E se consultarmos o documento de junho de 2021 “o projeto está em elaboração.” E, de resto, lá vamos caminhando com uma promessa de uma “intervençãozinha” que poderá ou não vir a realizar-se, mas que não representa a necessidade de uma verdadeira requalificação física e estratégica do Mercado Municipal. Será, por isso, uma forma de consumir mais recursos financeiros sem as mais valias correspondentes e, obviamente, custos mais elevados, quando tantas vezes o PS invoca a necessidade de criar receitas para suportar despesas. Eu digo que é preciso gerir melhor os recursos e elencar as prioridades políticas porque, é óbvio, que o processo do Mercado Municipal tem sido e continua a ser um processo adiado e mal gerido.

Termino, dizendo que a Câmara deve refletir sobre a isenção de taxas aos comerciantes enquanto não assistirmos à requalificação do nosso Mercado Municipal porque, se assim não for, um destes dias não haverá qualquer taxa para cobrar porque, não haverá comerciantes e, obviamente, também não haverá clientes.”

Soraia Vieira: “Venho falar sobre o projeto horticultura vertical, solidariedade horizontal promovido no estabelecimento prisional de Torres Novas, que recebeu o primeiro prémio no concurso Prison Achievement Award. Iniciado em 2023 pela Farming, uma associação sem fins lucrativos que mantém atualmente um acompanhamento regular, em consórcio com a Startup de Torres novas e com o estabelecimento prisional de Torres Novas. O projeto permitiu a criação de uma horta vertical com 40 torres aeropónicas neste estabelecimento. O projeto que se desenvolve em três facetas, sendo elas a Inovação, a Sustentabilidade, Inclusão e Solidariedade, foi distinguida em 2022 com o prémio BPI Fundação La Caixa Solidário 2022 e também em fevereiro de 2024, onde recebeu uma menção na 55ª sessão do conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que considerou o projeto como um exemplo de boas práticas, manutenção dos vegetais cultivados que os reclusos portugueses recebem no âmbito do projeto das Hortas Verticais. Um exemplo de como a reabilitação baseada na dignidade não requer recursos extensos e, no entanto, possibilita oportunidades de trabalho ou formação que preparem os reclusos para o trabalho fora da prisão e para serem capazes de romper com o crime. No seu primeiro ano de operação, colheram-se mais de uma tonelada e meia de verduras e 70% dos reclusos obtiveram formação certificada como operadores agrícolas. Desde fevereiro de 2024, data do início da sementeira até 25 de junho, colhemos e doamos 330,287 kg de produtos hortícolas sendo acelgas, agrião, nabiça, espinafre, alface e salsa. Os produtos hortícolas plantados nestas torres são distribuídos por várias IPSS’s, sendo elas a Cáritas de Torres Novas e Riachos, Cruz Vermelha de Torres Novas e CRIT, através da valência ROSTO. Nos meses em que existe um excedente da produção, alarga-se então a entrega a centros de dia de todo o concelho. O sucesso de toda esta operação deve-se muito ao trabalho em equipa, composta por pessoas privadas da sua liberdade, por guardas prisionais, também técnicos da Startup Torres Novas, especialistas em hidroponia e inovação e da própria direção do estabelecimento prisional de Torres Novas.

O financiamento do projeto terminou em dezembro de 2023, tendo sido assegurada a sua continuidade e sustentabilidade pelo Município de Torres Novas, com a gestão operacional do projeto sobre a responsabilidade da Startup. Por todo o acima exposto e em nome do Partido Socialista, não podia deixar de salientar a importância deste prémio, mas mais do que isso tudo o que ele representa para a nossa sociedade.”

André Valentim: “Relativamente aqui aos caminhos agrícolas, este é um caso que eu tive conhecimento pela comunicação social, mas é algo que tem vindo a acontecer com bastante frequência, o fecho de alguns caminhos agrícolas, chamemos-lhe assim, que para além das questões jurídicas que podemos ter ou não em cima da mesa, também tem implicações ao nível do combate a incêndios. Acho que é importante salvaguardar essa questão porque, eventualmente, Bombeiros, Proteção Civil, podem considerar esses caminhos como caminhos nativos de acesso a alguns locais e, como tal, é reiterar esta questão.

No seguimento da intervenção que fiz, quando falamos aqui da Cratoliva e como é uma questão transversal e que não foi devidamente esclarecida pelo Sr. Presidente, eu volto a questionar. Muito claramente, para tentarmos perceber como é que se processa a questão do licenciamento industrial de tipo três na nossa Câmara Municipal. Há um conjunto de tramitações e para que todos nós aqui possamos ficar esclarecidos e eu próprio gostaria, efetivamente, de saber se há um gabinete que trata deste procedimento de licenciamento industrial, se há técnicos afetos exclusivamente ou não? Como é que é feito o tratamento destes processos, sendo que em termos de documentação, presumo, que esteja organizado porque as anteriores entidades gestoras enviaram documentação de todos os processos de licenciamento industriais para os municípios. É importante nós percebermos, falo da bancada do PSD, como é que está organizado o licenciamento industrial na Câmara Municipal de Torres Novas.”

Presidente da Mesa: “Quando divulguei há pouco o e-mail que recebi também hoje, não como é óbvio tinha que o fazer, portanto, estou satisfeito no sentido de ter tido resposta, quer dizer, continua um canal aberto.

Não fui eu que me meti nisto, até podia meter-me nisto individualmente, foi-me entregue uma petição a determinada altura nesta Assembleia, eu subscrevi em meu nome, porque o público não pode apresentar moções, foi aprovada com uma abstenção. Era uma

recomendação à Câmara, tinha aqui uma série de pontos, os primeiros estão resolvidos, eu concordo com todos eles, se não, não tinha votado.

A determinada altura, passado uns meses, perguntaram “qual é o ponto de situação e tal” e perante a situação, na altura perguntaram a mim e ao Presidente da Câmara, não era tanto a mim porque eu não tenho, volto a repetir, poder executivo, estou aqui para dirigir a Assembleia e nada mais que isso. No entanto, disponibilizei-me, à semelhança do que chegamos a fazer noutras circunstâncias para, em conjunto com membros de todas as forças políticas aqui representadas, ou individualmente, nos deslocarmos à Renova para reunir com o conselho de administração da Renova. Na altura, houve alguém que hoje não está aqui, que disse que eu não tinha nada que ir, está em ata, está gravada, que tinha que ficar fora do processo, quem devia tratar do assunto era a Câmara e não era eu, pronto, e eu calei e ninguém se levantou a dizer “vamos lá, vamos ver”. Mais tarde, vim a saber, não canso de repetir isto, porque tem que haver clareza e transparência, houve uma reunião em final de julho do ano passado, em que estiveram representantes de todas as forças políticas, inclusivamente, o Júlio Costa também esteve nessa reunião, eu não estive. Eu não fui dessa vez, nem sequer cá estava, também só lá fui uma vez, depois dessa reunião que vocês lá tiveram, fui lá com o Sr. Presidente da Câmara, e não voltei a ir lá. Volto a dizer que a Moção, os primeiros pontos estão cumpridos, há os últimos pontos que não estão, nomeadamente, a questão da vedação.

Eu tenho esperança, não sou propriamente ingénuo e também não quero estar aqui a deitar foguetes antes da festa, acho que devemos esgotar todas as possibilidades de resolver o assunto, consensualmente. Porque a alternativa é mais complicada, é mais demorada e é mais incerta. Portanto, vamos esgotar as hipóteses de negociação, se houver hipóteses de negociação para resolver o problema, havendo diálogo é como em tudo na vida, é o princípio para resolver o problema, por negociação. Podemos chegar daqui a quatro ou cinco meses, e “olha não deu em nada” e paciência, não é paciência, tem que se fazer outra coisa. Acho que não se deve baixar os braços, devemos continuar a trabalhar no sentido de uma solução consensual, porque as pessoas também evoluem e mudam de opinião, só os burros, como dizia o outro, é que não mudam de opinião. O próprio Conselho de Administração, sendo constituído por várias pessoas é natural que possa ter uma evolução.

Para mim, é importante haver uma fresta na porta, a porta não está fechada, portanto, não vamos desanimar, não quero ser velho do restelo, já vaticinar “isto não vai dar em nada”,

não me parece, também não sou ingénuo a dizer que vai dar mas, pelo menos, temos um caminho a fazer, vamos usar os nossos argumentos. Eu só lá fui porque na, altura, achei que devia ajudar e fui o subscritor da Moção e é um assunto que também me interessa, concordo com todos os pontos da Moção, portanto, contem comigo para continuar a trabalhar de forma a chegar mais rapidamente, e mais facilmente, ao caminho que queremos, que é o cumprimento da Moção. Pode haver outras formas, mas esta não é de desprezar, que é diálogo e chegarmos a uma solução de consenso. Daqui por algum tempo, poderemos chegar a outra conclusão ou não, eu espero e por uma questão de boa fé “negocial”, boa fé de interlocução. Era isto que eu queria dizer, estamos todos do mesmo lado, não vamos deitar a toalha ao chão, como se costuma dizer, e vamos em frente.”

Júlio Costa: “Como o Sr. Presidente falou no meu nome e da reunião que a CDU acompanhou com a direção da Renova, cabe-me a mim esclarecer, estou aqui em representação da CDU, que a CDU não se tentou sequer sobrepor aquilo que é o papel, como várias vezes temos dito, da Câmara Municipal na resolução desse problema.

na invalida de todas as questões, agora, esse grupo de cidadãos que apresentou essa Moção pediu a todas as forças políticas para acompanhar e foi nessa condição, como observador, que eu fui em representação da CDU a essa reunião. Sabendo que dali não ia sair nada vinculativo, nem íamos ali tomar nenhuma posição, nem nos cabia a nós, forças políticas, eu falo pela CDU, estar a entrar em diálogo com a direção da Renova. Nós fomos meros observadores naquilo que foi um pedido do grupo de cidadãos para acompanhar naquela reunião, foram eles que estabeleceram o diálogo com a Renova, e das restantes forças políticas, elas que se pronunciem, se quiserem.”

Presidente da Mesa: “Eu quero testemunhar aqui que a CDU sempre foi correta na condução destes assuntos, até na questão da Fabrióleo sempre foi correta e frontal.

Eu não estava a fazer grita nenhuma, é a única pessoa que sei que lá esteve dos que estão aqui presentes, mas estiveram representantes de várias forças, eu próprio fui convidado só que não estava cá, só que quem convidou não foi o tal movimento, quem convidou foi um membro de uma força política. A vocês, não sei quem é que convidou, quem me convidou foi um membro de uma força política e eu estava, na altura, de férias.

Mas, estamos alinhados, isso é que é importante. Isto só para dizer que eu só lá fui uma vez, passados 15 dias dessa reunião que vocês tiveram, e achei que o deveria fazer para tentar ajudar, até porque fui o subscritor dessa moção. É evidente que sei quem é que lá esteve, nem é pela Renova, mas por outras por outras pessoas que lá estiveram.

Agora, quem me convidou, não foi o movimento, quem me telefonou primeiro foi uma pessoa de outro partido e achei aquilo até esquisito, mas é bom falar-se, é a prova que vocês foram lá para falar, eu também fui para falar. Agora, não me podem criticar de estar a falar que eu acho que o caminho é este, não vamos ser ingénuos e dizer que está resolvido, não está, mas, havendo abertura, vamos aproveitar essa abertura para tentar resolver o problema e depois veremos.”

Presidente da Câmara Municipal: “Em relação à questão posta pelo Pedro Morte, sobre a Quinta de Santo António, Quinta do Marquês, como é mais conhecida por todos os Torrejanos, foi uma quinta sempre aberta à população. Desde tenra idade, que também fui um dos frequentadores, não só nas quintas-feiras da Ascensão, mas por outros motivos, de brincadeira, etc. E quando soubemos, quando fomos alertados pelo Presidente Pedro Morte, tentamos de imediato identificar a questão dos caminhos públicos. Eu trouxe, não vou ler porque é um bocado extenso, o relatório da visita ao local, pelas componentes culturais e onde está historicamente, claramente, evidenciado o troço da vulgarmente conhecida Estrada Romana. Eu diria que toda a gente sabe que sempre existiu ali aquela Estrada Romana, um troço de estrada que tem início na estrada nacional. Toda esta componente está também a ser trabalhada, só este parágrafo, é mais pequeno: “Concluindo e limitando a nossa análise aos factos e ao seu enquadramento histórico, cultural, é público e do conhecimento de toda a gente da região, que os dois caminhos em causa sempre foram de utilização pública, sem oposição de quem quer que fosse e que as populações da zona sempre os entenderam e consideraram públicos, somando a essa perceção, a singularidade histórica que valoriza um deles, que é o caso da Estrada Romana, como símbolo da antiguidade local, de resto, testemunho valioso da presença romana no concelho”.

Portanto, isto está a ser trabalhado em termos de confrontarmos os proprietários, a empresa proprietária da quinta e que tem um projeto importante para o local, mas o projeto importante que todos aplaudimos e gostaríamos que acontecesse, não deveria pressupor estar a cortar caminhos que são públicos e, portanto, tem que haver, espero que

haja, um diálogo de conciliação. Esse diálogo, o primeiro vai acontecer a semana que vem, vai haver uma reunião com a Câmara, eu já convidei também o Sr. Presidente da União de Freguesias para ir comigo, e com outras entidades, ficou combinado ser na Quinta, para falar, observar, trocar impressões e tentar sensibilizar, também, porque isto, concordo com o nosso Presidente da Assembleia Municipal, que é muito do diálogo e de tentar conciliar, acho que é o melhor caminho. Não é logo partir seja o que for, quando a gente não consegue a conciliação, temos que partir para outro.

O Sr. José Santos, tem sido desde sempre um grande alerta sobre a variante do Bom Amor, que todos gostaríamos de ver resolvido, lamento dizer que está do lado da Infraestruturas de Portugal. Há um protocolo que está para ser assinado, a Câmara tem o protocolo preparado, a Câmara está disponível financeiramente para a conceção do projeto trabalhado entre as duas entidades. Há cerca de 15 dias, estivemos com o Diretor Regional da Infraestruturas de Portugal e ele disse que tem feito uma pressão enorme junto da administração da Infraestruturas de Portugal, esperemos que, de um momento para o outro, se venha a concretizar, continuaremos a fazer a nossa pressão.

Temos tentado colaborar com a Infraestruturas de Portugal a todos os níveis, merecemos também abertura da parte deles e tem havido, menos neste caso, por enquanto, o melhor exemplo que temos de conciliação com a Infraestruturas, é a estrada 243 para Riachos. É uma situação que não vamos desarmar e procurar que eles assinem o protocolo o mais depressa possível, só relembrar, ficou assumido no protocolo que a Câmara paga o projeto que não é tão barato quanto isso, como poderão calcular e a Infraestruturas de Portugal, concordando com o projeto, fazem a obra.

Em relação ao Corredor Ecológico e aos reparos que fez, vou pedir ao Vereador do Pelouro, que está aqui connosco e que também irá ver o que é que poderá estar mal, ou que poderá ficar melhor, tem sido um orgulho para nós o corredor ecológico e queremos continuar e que não se degrade. Assim como, a questão da poluição, ciclicamente acontece, em terrenos privados e públicos, de vez em quando ainda acontece na Serra de Aire, infelizmente, põem lá mobílias e outras coisas, até restos de obras, durante a noite é que vão lá pôr, enfim, temos que ter alguma vigilância. Nalguns sítios que estão mais escondidos, é mais difícil descobrirmos, mas as Juntas de Freguesia têm estado atentas a isso e também alertado a Câmara quando encontram situações dessas.

Fica registada a proposta dos ecopontos nas freguesias.

Tentando responder ao Júlio Costa, dizer que a questão dos transportes a nível concelhio, procurar chegar a todo o concelho é o sonho, é o desejo de qualquer força política do nosso concelho e não é fácil, é muito oneroso. Temos que ver até que ponto é que uma experiência relativamente recente, da Comunidade Intermunicipal que ficou com a gestão dos transportes, em termos de legislação, portanto, tem havido a nível dos transportes escolares e não só, tem havido um intercâmbio muito grande com a Câmara de Torres Novas. A questão da gratuidade, até inovadora a nível da Comunidade Intermunicipal Do Médio Tejo, portanto, fomos os primeiros e acho que ainda somos os únicos com a gratuidade, temos um problema, positivo, com a gratuidade, é que aconteceu o que esperávamos, começou a haver mais utilização dos TUT por parte da população, quer dizer que precisamos de pôr mais viaturas, novas linhas, se calhar. Isso obriga também a uma reflexão concelhia e uma reflexão na cidade e nas freguesias mais limítrofes, até se conseguir chegar ao ótimo, se calhar, ainda vai demorar um bocadinho.

Quanto à recolha do lixo e à higiene das ruas, temos contratos muito penosos financeiramente, quando digo penosos financeiramente, é concursos públicos, mas são penosos financeiramente porque em termos orçamentais são verbas muito volumosas para a questão da recolha do lixo. Está a ser bem feito e nos locais certos e os nossos serviços têm feito essa vigilância, terão com este alerta de procurar reforçar ainda mais a vigilância, descobrir onde é que poderá estar a haver faltas ou se são zonas que não estão contempladas na recolha de lixo, portanto, fica registada essa preocupação.

Quanto ao Gabinete Veterinário e o resgate de animais, o nosso Canil/ Gatil, também já lá esteve um burro, aquilo dá para tudo, portanto, é muito complexo, envolve vários municípios. Torres Novas assumiu a liderança, mas sempre que há despesa acrescida com grandes reparações, admissão de pessoal, etc., tem que falar com os outros municípios, com o Entroncamento, com a Barquinha, com Alcanena e, portanto, são situações que por vezes não se conseguem resolver de um momento para o outro. Já adiamos duas reuniões, marquei reuniões como município líder do Canil, por fatores diversos algumas Câmaras não podiam nas datas e nos horários, agora, marquei novamente para o dia 10 de julho, espero que todos possam, para olharmos para a situação do Canil. Que tem muito mais do que a questão do resgate de animais, que também é super importante, mas tem uma série de situações para vermos.

Para lá de estarmos, como sabem, com uma colaboração muito próxima com a APA, a Associação Protetora de Animais de Torres Novas e que tem feito um trabalho excelente

e que eu aproveito, publicamente, para aplaudir e agradecer a solidariedade que tem demonstrado e o bom trabalho que tem desenvolvido e que a Câmara quer continuar a ajudar.

Em relação ao Leonel Santos, em relação ao Clube de Assentis e à manutenção do relvado, esse relvado foi há uns anos atrás custeado pela Câmara. Depois, a Câmara começou a dar, a quem tinha campos relvados, um subsídio de 500 € por mês, que ainda se mantém, para Assentis e para o Riachos. Entretanto, tivemos uma reunião no dia 2 de fevereiro, como disse o Presidente Leonel, onde ele esteve presente, com o Clube de Assentis, onde eu disse que iríamos tentar aumentar a verba mensal de manutenção e pensar seriamente no relvado. Porque os relvados não são eternos, nem os sintéticos nem os relvados naturais, e o relvado que o Clube de Assentis tem pedido há muito tempo que o substituamos por sintético. Nunca concordei porque o relvado natural, e o Riachos por força quis substituir e substituiu, mas já que temos um relvado na cidade e outro em Assentis, era bom que se mantivesse e ajudássemos a manter o relvado do Assentis, porque tem uma qualidade diferente para quem treina, para quem joga.

Aqui há um ano, talvez, numa das festas do Clube, houve um senhor que veio ter comigo, que eu não conhecia de lado nenhum, fora do concelho de Torres Novas, foi à noite, e olhou para a luminosidade do campo, do relvado e quase nem queria acreditar que o Clube de Assentis tinha um relvado natural. Eu disse-lhe, “é um relvado natural”, ele deu os parabéns ao Presidente da Câmara e tal, ficou admirado de um clube de aldeia ter um campo relvado.

Agora, nada é eterno, e o relvado de Assentis precisa urgentemente de intervenção, e eu assumi no dia 2 de fevereiro levar à Câmara esse desafio, custará algum dinheiro à Câmara, mas já que foi a Câmara a pôr aquele relvado. Quando eu fiz uma informação para os serviços, para o Associativismo, não há nada a esconder, antes pelo contrário, a Câmara é pública, normalmente, passa pelo Jurídico e o que é que disse: “atenção, se há uma verba mensal para manutenção não se justifica estar a pôr um relvado novo”. Só que há dados técnicos que contrariam esta parte, que tem toda a lógica, mas que, em termos práticos, não funciona assim, porque os 500 € por mês já não resolve a situação, aquilo precisa mesmo de uma intervenção de fundo. Portanto, já não houve tempo para agendar para esta reunião que é na próxima quarta-feira, 15 dias depois este assunto irá ser levado à reunião para a Câmara deliberar.

Antes de vir para a Assembleia Municipal tentei falar com uma jovem que tem ajudado a direção ou ainda faz parte da direção, não me atendeu e, portanto, se eu tivesse conseguido falar com ela, se calhar, o Leonel já estaria esclarecido do que eu estou agora a dizer, mas agradeço que o Leonel, se não se importasse, transmitisse isto.

Finalmente, o Rui Alves Vieira, sobre a Renova, o nosso Presidente da Assembleia já falou. Em relação ao Mercado Municipal, 2020/2021 se calhar até antes, o projeto definitivo do Mercado Municipal atira para valores entre os 5 e 6 milhões de euros, certamente, e nós temos tido muita dificuldade para, em termos orçamentais, projetar isso. Então, o que ficou combinado foi fazer trabalhos de reabilitação do que for possível, agora em termos de interiores e em relação ao projeto definitivo, pôr uma cobertura na zona que as pessoas frequentam e quando está a chover ou está mais frio, espero não falhar no termo técnico, que é uma cobertura tensada?.. Sei que é uma cobertura que hoje se utiliza muito com vários formatos, é isso que o Mercado vai levar, espero que ainda em 2024 haver já intervenção com essa cobertura. Até que e não será certamente em 2025, presumo eu, a não ser que a Câmara consiga prever em orçamento um valor tão expressivo como o projeto apresenta para o Mercado.

Também agradecer à Soraia Vieira ter trazido para aqui a questão do prémio da horticultura, só houve aqui um pormenor que eu acho que a Soraia, não me apercebi dela ter dito, foi um 1º prémio europeu, portanto, parabéns, sobretudo à Diretora da Prisão de Torres Novas que ontem recebeu esse prémio na Bulgária e que nos enche também de orgulho, porque a Câmara também participa nesse projeto.

André Valentim e os caminhos agrícolas, mas sobretudo a questão da Proteção Civil e que eu registei e que não deixa de ser uma preocupação em relação aos caminhos rurais.”

Vice-Presidente: “Uma nota daquilo que o Presidente acabou de falar, o trabalho de intervenção do relvado de Assentis são 9903 €, mais IVA, portanto, já está orçamentado, as coisas estão em andamento e brevemente iremos ter isso em reunião de Câmara para decisão.

As piscinas, houve um problema nas piscinas, foi detetada uma análise imprópria e quando se deteta uma análise imprópria fecha-se as piscinas, não se deixa as pessoas ir para lá tomar banho, é tão simples quanto isso. Fechou-se, é retirada água, é acrescentada água, é feita uma nova análise, quando a análise está bem, volta-se a abrir a piscina. É um procedimento normal, já aconteceu outras vezes, não teve nada a ver com aqueles

problemas de legionella que aconteceram noutras alturas, mas é uma situação que já tem acontecido outras vezes nas piscinas, deteta-se o problema, encerra-se, a análise volta a estar regular, volta-se a abrir, é um processo simples.

Relativamente às obras, aquilo tem um calendário, tem um conjunto de intervenções e tem várias fases de intervenção, há áreas de intervenção em que permite o funcionamento, há momentos de intervenção em que não permite o funcionamento. O que está preparado, que possa ter o máximo de utilização possível para dar resposta precisamente aos clubes, para que não aconteça aquilo que tivemos que fazer porque, na altura, não havia hipótese nenhuma com a intervenção que fizemos nas piscinas, tivemos que deslocar os nossos atletas, pusemos autocarros e pagamos piscinas, na Golegã e em Alcanena, e na Barquinha salvo erro, para que os nossos atletas daqui fossem praticar e mantivessem a sua prática desportiva noutros locais. Portanto, se tiver que ser terá que ser também assim alguns dias, mas estamos a trabalhar para que esses dias sejam poucos. Não quer dizer que não vai acontecer, obviamente, sabemos que há intervenções que é impossível não encerrar, mas vamos tentar reduzir isso ao máximo, para que os nossos clubes possam manter a sua atividade desportiva da melhor forma.

Relativamente à questão do licenciamento da Cratoliva, nunca teve nenhum licenciamento por parte do município, licenciamento de laboração, licença industrial. Licenças de obras, aquilo tem um conjunto de edifícios, não tenho aqui o número presente, mas aquilo deve ter aí uns 20 edifícios, seguramente, diferentes, uns têm licença, outros não têm licença, outros têm licença de construção, mas não têm licença de utilização, outros têm processos a decorrer, vou dizer a verdade, aquilo tem de tudo. Tem várias situações, tem edificações que são anteriores ao REGEU, anterior a 51, que não carecem de licenciamento, tem ali um conjunto, diria que tem as escolhas todas nesse aspeto.

Relativamente ao licenciamento, nós temos o Gabinete de Empresas, por acaso, o Paulo que está ali faz parte desse Gabinete de Empresas, por acaso, o Paulo vai sair para as Finanças para a semana, o Gabinete de Empresas tem acompanhado esses assuntos. Verdade seja dita que, tratamos desse assunto para licenciamentos novos. Esses licenciamentos que estão com licença de laboração que vieram de outras entidades, que não foram atribuídos por nós, se calhar, precisam de ser mexidos e reavaliados.

O caso da Cratoliva é, de facto, um desses processos que carece de análise, se a licença se deve manter ou não. Por isto que a gente viu hoje aqui, parece que é fácil dizer não,

mas, obviamente, que isto carece de uma vistoria, que está marcada, carece de todos estes procedimentos que o Presidente já falou aqui. Toda esta panóplia de ações estão a ser desenvolvidas, a fiscalização foi lá, já detetou coisas, há processos de contraordenação a decorrer, portanto, há aqui um conjunto de procedimentos que estão a decorrer, não vou estar aqui a dizer “depois, vão fechar aquilo amanhã”, não sei.

As questões da Lei, nem sempre são diretas, como a gente às vezes gostava que fossem, não é por acaso que a Fabrióleo durou com aquela poluição toda que, quem passava na A23 detetava que estava em Torres Novas, durante anos foi assim, tal era o problema que ali tínhamos. Só quando o IAPMEI retirou a licença de laboração, no fim de uma informação por parte dos serviços de Urbanismo a dizer que aquilo não era possível de licenciar é que, de facto, a Fabrióleo caíu. Só a partir daí é que as entidades disseram assim: “bom, como a Câmara diz que não pode licenciar, vamos retirar-lhe a licença”. Porque, disse já aqui o Sr. Presidente da Assembleia, e muito bem, de facto, as entidades ambientais não se portaram, e o Sr. Presidente da Câmara, não se portaram da melhor forma connosco. Não se portaram da melhor forma connosco e, mesmo assim, conseguimos levar de vencida, com os partidos todos unidos, todos a lutar pela mesma causa e penso que quando se trata destas questões, temos que estar todos do mesmo lado e evitar o aproveitamento político destes assuntos.”

André Valentim: “Eu fiz uma pergunta genérica neste âmbito, precisamente para não ser acusado de aproveitamento político desta situação. Ainda bem que o Sr. Vice-Presidente voltou ao tema da Cratoliva porque, parece-me, que estamos a assumir que há uma ilegalidade desde 2021, a passagem de competências dos licenciamentos industriais, eu não quero dizer que é em 2012, 2013, 14 ou 15, mas vai bem para além de 2021, e aquilo que estamos aqui a dizer é que em 10 anos, não sei quando é que o Gabinete de apoio às empresas foi criado? Eu perguntei claramente, como é que é a tramitação do licenciamento industrial. Eu quero licenciar uma empresa, isto só também para eu perceber, do tipo três e dirijo-me onde?

Ao Gabinete de Empresas, daí vou para onde? É esta tramitação que eu acho que é importante esclarecer.”

Vice-Presidente: “Depende se está a licenciar apenas a atividade ou se está a licenciar edificações.”

André Valentim: “Não, eu estou a licenciar uma unidade industrial, para licenciar hoje a Cratoliva ou para regularizar, vou ter com o Gabinete de Empresas, o Paulo vai sair, quem é que vai ficar a assumir esta situação? É importante sabermos isto, porque estes procedimentos vão decorrer, agora aquilo que eu estou a sentir aqui, e corrija-me e agradeço esse esclarecimento, é que falta aqui alguma orientação ou organização. Que houve uma reestruturação recente, tudo bem, mas é importante que esta questão do licenciamento industrial fique claramente tipificado, quem é que é o técnico afeto, quem é que são os responsáveis. Porque há todo um conjunto de tramitações e eu sei do que estou a falar, porque eu acompanhei já licenciamento industrial, eu acompanho alguns pequenos licenciamentos industriais e, Sr. Presidente ou Sr. Vice-Presidente, parece que há aqui alguma clarificação que é necessária, para que possamos pegar neste processo e noutros processos para que não haja aqui às vezes pormenores administrativos, é da APA, é disto ou daquilo e que possamos ir, à Constituição ou ao Código Civil, e temos estas autorizações todas. Muitas vezes, temos essas autorizações todas, mas há valores maiores que têm que ser avaliados e muitas vezes os juízes tomam isso em consideração. Portanto, o apelo que nós fazemos aqui é que, percebendo que há necessidade de reorganização, percebermos como é que vamos agarrar este problema. Porque é um problema que está hoje com a Cratoliva, aconteceu com a Fabrióleo, esperemos que não aconteça com mais ninguém, mas é preciso clarificar caminhos e que as coisas tenham a sua tramitação adequada. É só esse apelo que o PSD faz, não é uma questão de aproveitamento político, é uma questão que temos vindo a alertar e que, de há alguns anos para cá, sentimos que não tem havido a resposta adequada do município.”

Presidente da Câmara Municipal: “Só para ajudar a esclarecer o André Valentim, é que qualquer serviço da Câmara tem patamares de chefia, portanto, mesmo o Paulo que, entretanto, vai sair, temos que falar assim, mesmo ele caracterizando a documentação que lá entrasse para legalizar uma empresa, para não perdermos muito mais tempo para clarificar, obviamente, que vai parar a um chefe de divisão ou ao diretor de departamento, que é o caso. Diretor de Departamento só há um e depois do Diretor do Departamento, só o vereador, o Vice-Presidente, neste caso.”

André Valentim: “Portanto, os processos são encaminhados pelo Paulo, digamos assim, ou pelo Gabinete de Empresas, é a porta da entrada, são encaminhados perante a avaliação que é feita para o diretor do urbanismo, diretor de departamento e, depois, há um técnico afeto ou é para qualquer técnico que tiver especificamente o licenciamento industrial? Portanto, vai para distribuição de um processo não do âmbito urbanístico, mas no âmbito do licenciamento industrial, segue a mesma tramitação do que se fosse um processo de licenciamento urbanístico? É que são dois processos distintos, nós para avançarmos para o licenciamento industrial, temos de ter o processo urbanístico fechado, é uma das premissas.”

Vice-Presidente: “Temos técnicos administrativos afetos exclusivamente à parte das empresas, arquitetos. Vou lembrar aqui, já agora, tivemos um momento em que só tínhamos uma arquiteta a trabalhar e outra a chefiar, portanto, a gente nem sequer tinha por onde escolher. A nossa chefe de divisão teve um AVC, perdemos uma arquiteta por outros motivos, que todos conhecem também, isto foi o que aconteceu em determinado momento. Neste momento, temos o serviço com quatro arquitetos, estamos a compor as coisas e a arrumar, mas acabamos de ter quatro arquitetos há menos de um mês, em pleno. As coisas são assim, não podíamos afetar um técnico a um serviço quando não tínhamos técnicos para afetar.”

André Valentim: “Compreendemos isso, é uma sugestão que é feita, que o PSD acha que é importante estabelecer uma tramitação ou, pelo menos, uma hierarquia de processos para que seja o mais claro possível, para podermos pegar nestas legalizações que ainda são, provavelmente, de licenciamento urbanístico tem lá 20 processos, só para podermos encarrear da maneira certa.”

Vice-Presidente: “Só concluir, neste momento está uma técnica que estava no atendimento, na questão dos processos e no atendimento também na Loja do Cidadão, que é técnica superior, que vai ficar afeta já às Empresas. É evidente que agora há alguns passos para dar ainda, mas já está uma técnica superior afeta ao serviço.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Apreciação e votação da ata da sessão anterior (Nº 2/2024).
- 2 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 457.000€ - Pavimentação de S.Pedro - I e II fase.
- 3 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 788.000€ - Reabilitação do Quarteirão Cultural.
- 4 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 2.775.000€ - Requalificação do Estádio Municipal – Fase II.
- 5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 777.000€ - Centro Escolar de Santa Maria - II fase.
- 6 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 1.380.000€ - Requalificação da Rede Viária do Concelho.
- 7 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de contratação da operação de financiamento até 245.000€ - Reabilitação do Lago do Virgínia.
- 8 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, da 6.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Novas (PDM).
- 9 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque.
- 10 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pela Genuínos e Dedicados – Associação.
- 11 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de eventos, requerida pelo Moto clube Mós Rolantes.
- 12 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, de isenção de pagamento de taxas para realização de evento, requerida pelo Agrupamento 65/ Delegação de Torres Novas.
- 13 - Apreciação e votação da Recomendação à Câmara Municipal, sobre a “Rua da Amendoeira”, apresentada pelo Bloco de Esquerda.
- 14 - Apreciação e votação da Recomendação à Câmara Municipal, sobre o “Carreiro das Cobras”, apresentada pelo Bloco de Esquerda.
- 15 - Informações do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.-----

1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR (Nº 2/2024)

Foi presente, para apreciação e eventual aprovação, a ata nº 02/2024, da sessão realizada em 29/04/2024.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com seis abstenções (Luís Fanha, Júlio Costa, Hugo Ferreira, Nuno Cruz, Ana Patrícia Batista, Maria do Rosário Marcelino) e vinte e cinco votos favoráveis dos restantes membros. -----

2 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE CONTRATACÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ 457.000€ - PAVIMENTAÇÃO DE S. PEDRO - I E II FASE

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 1).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Presidente da Câmara: “Temos seis empréstimos diferentes, há um valor global de 6.422.000 € e a explicação que eu acho mais importante dar é que, dos seis empréstimos, há quatro que só surgem aqui porque representam a componente nacional, porque os valores das obras são mais significativos. Onde é que eu quero chegar, sempre que há fundos comunitários novos, a Comunidade Intermunicipal recebe um aval, vamos chamar assim, dentro dos 11 municípios que fazem parte da Comunidade, consoante a área que tem, consoante o número de habitantes que tem, é distribuído um bolo de valor, dentro de um programa que é o Investimento Territorial Integrado, Tomar tem um valor, Torres Novas tem outro, Alcanena tem outro e por aí fora.

Mas não há fundos comunitários para estas quatro obras que eu vou dizer, não há fundos comunitários a pagar a obra a 100%, não é como o PRR, e mesmo assim o PRR também há algumas situações que não paga 100%, mas pagará 70, 75% ou qualquer coisa assim. Portanto, os valores que temos aqui representam a quota parte que a Câmara suporta para não perder o fundo comunitário que vem e para ter a obra completa, senão depois tem que devolver o dinheiro, como é óbvio. Estou a falar do ponto 2., mais precisamente, que é uma operação de financiamento até 457.000€, que é pavimentação de São Pedro I e II

Fase, é no ponto 3., a Apreciação e votação da proposta da Câmara para a operação de financiamento de 788.00 €, que é a Reabilitação do Quarteirão Cultural.

Depois, temos o 5. integrado no ITI, 777.000 €, do Centro Escolar de Santa Maria - 2ª fase, o valor é maior, mas é a quota parte da Câmara e, finalmente, no ponto 7. a contratação de uma operação de 245.000€, a tal quota parte para a reabilitação do Largo do Virgínia.

Depois, temos dois empréstimos que nós ainda não conseguimos nenhuma candidatura para eles, se calhar, nem haverá, estamos a referir-nos à requalificação do Estádio Municipal, é uma obra muito significativa, uma grande aposta em termos de desporto, estamos a falar de 2.775.000 €. E também 1.380.000 €, para a requalificação da Rede Viária do concelho, que abrange todas as freguesias e que foram consideradas quer pelos Presidentes de Junta, quer pela visão que tivemos também política da situação, de incluir neste empréstimo.

Este empréstimo, no global, de 6.422.000 €, no fim de 2024, se forem aprovados pelo Tribunal de Contas e tudo indica que que irão ser, teremos um montante de empréstimos de cerca de 17 milhões de euros. Com o encargo de amortizações destes 6.422.000, que só vai ter grande reflexo daqui a 2 anos, há ali uma fase de carência que faz parte do concurso público que fizemos, mas quando começarmos a pagar a 100% os juros contratados corresponderá, dentro de 2 anos, a 200 e tal mil euros. Com os empréstimos que existem, até ao pagamento total, que também há uma demonstração que já foi feita pela Contabilidade, sobretudo no Relatório de Contas, poderemos chegar a cerca de 500.000 € por ano, de pagamento de prestações dos muitos empréstimos, os que já foram e incluindo estes também. Pronto, isto é muito resumidamente, porque estes empréstimos, isto já cá veio, agora, a Caixa Agrícola é que ganhou no concurso público que se fez.”

Nuno Cruz: “Eu venho aqui manifestar o impedimento na votação dos pontos 2. a 7., pelo facto de ser colaborador de uma das entidades consultadas e, desta forma, pedia escusa da votação dos pontos.”

Rui Alves Vieira: “O Bloco de Esquerda reafirma tudo o que disse na penúltima Assembleia Municipal de 29 de abril de 2024.

O que está aqui em causa, não é só se concordamos ou não com as obras que, eventualmente, serão suportadas, parcial ou totalmente, por estes empréstimos. O que está

aqui em causa, é que alguns destes projetos encontram-se ainda numa fase processual imatura e sem qualquer tipo de calendarização. Nós não sabemos se é para começar amanhã, daqui a 1 ano, daqui a dois.

Falamos da Pavimentação de São Pedro, das obras previstas para o Estádio Municipal e da rede viária do Concelho. São questões que consideramos que são relevantes, só que pouco ou nada sabemos dessas obras.

Há também projetos que nos suscitam várias dúvidas e que, por uma questão de democracia e transparência, mereciam ser muito mais debatidos, de forma a gerar um consenso o mais alargado possível para toda a comunidade. Até porque são obras, digamos, geracionais e deveriam carecer dessa atenção.

Refiro em particular o projeto do Nogueiral, que irá eliminar 75% dos lugares de estacionamento no Largo do Virgínia, passando de cerca de 75 lugares para 25 lugares de estacionamento. Para além disso, esse é também um projeto que pretende esconder em definitivo, pelo menos é o que me dá a entender, a levada que leva a água do Rio Almonda para a Central do Caldeirão e para o moinho do Duque e nós não concordamos com essa abordagem. Achamos que estes projetos mereciam mais informação por parte do município.

Estamos em minoria nesta Assembleia, mas não iremos certamente votar de olhos fechados.

Como o Sr. Presidente já disse, estão em causa 6 empréstimos de 6,4 milhões de euros, para projetos em diferentes estágios de maturidade e que poderão vir a representar um encargo anual para o Município, e aí as minhas contas não batem certas com as do Presidente, mas em 1930, 1931 estes empréstimos, especificamente, representarão um encargo de anual de mais de 600 mil euros, e durante um período que se estende até 2040.”

Mafalda Batista: “Na sessão de hoje desta Assembleia Municipal temos na ordem de trabalhos a apreciação e votação de seis propostas de contratação de operações de financiamento. Em nenhum dos pontos 2. ao 7., sobre a contratação de empréstimos, temos informação que achamos que seria necessária. Era obrigação do Executivo trazer a esta Assembleia a apresentação dos projetos por detrás destes pedidos, por forma a esclarecer esta Assembleia da necessidade e da especificidade dos investimentos em questão, de modo a aprovarmos os empréstimos em consciência. Pois, os documentos

disponibilizados a esta Assembleia, a informação resume-se apenas à validação da operacionalidade da contração dos empréstimos. Nada diz sobre os investimentos propriamente ditos, o quê, como e quando será feito, qual o valor total do investimento, existem apoios comunitários? Estas são alguma das dúvidas que ficam sem resposta.

No entanto, o Movimento Pela Nossa Terra não quer prejudicar aquilo que considera serem investimentos para a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e, tendo o PS a maioria, dificilmente conseguiríamos alterar o seu sentido de voto, ou melhor, alterar o seu entendimento que considera serem as suas prioridades.

Outra questão que queremos levantar sobre os documentos apresentados é que, aquando da votação em reuniões de Câmara e quando a mesma votação não é por unanimidade de sete votos, ou seja, da totalidade dos vereadores eleitos, dever-se-ia fazer referência a quem votou, qual o seu sentido de voto, para que ficasse claro em ata aquilo que se passou e qual o sentido de voto de cada um dos vereadores. Assim como é apresentado, é permitido concluir ou que nem todos os vereadores estavam presentes nessa reunião de Câmara, e não sabemos quem faltou, ou se se levantaram para não votar determinado ponto, ou por outra razão qualquer. Politicamente, qualquer um destes cenários tem efetivamente um significado diferente.

Por último, queremos referir que estamos aqui a aprovar não um novo endividamento de 6.422 milhões de euros, que é o somatório dos sete contratos de empréstimo aqui apreciados, mas um valor que nos dias de hoje é de mais de 8,6 milhões de euros. Contabilizando os juros respeitantes do somatório dos encargos de cada um dos empréstimos é uma diferença significativa, mais de 2,2 milhões de euros. Claramente que este Executivo tem disso consciência, tal como terá que estes financiamentos serão especialmente pesados para o próximo Executivo, que irá ser eleito em 2025.

Gostaríamos que todos os elementos desta Assembleia disso também tivessem consciência. Iremos votar assim com os dados que nos foram disponibilizados, mas sem deixar mais uma vez a referência que, infelizmente, são objetivamente insuficientes.”

Presidente da Câmara: “Só um esclarecimento rápido, obviamente, que a votação de cada vereador na reunião de Câmara está expressa na ata.”

Armando Rodrigues: “Confesso que não tinha nada preparado em relação a este aspeto, mas depois da intervenção da deputada Mafalda Batista fiquei confundido em relação a

alguns conceitos, que é o capital e o que é juros. Obviamente, que este capital tem que suportar juros e, portanto, pareceu-me aqui da interpretação óbvia que houve aqui uma confusão, uma coisa é o capital que está previsto e outra coisa são os juros suportados. Os juros, obviamente, nós sabemos podem ir evoluindo ao longo do tempo, mas todos nós nas nossas decisões, quer pessoais, quer profissionais, temos que arriscar e isto é um arriscar, em quê? Em mobilidade, em mais educação, em mais desporto, acessibilidades, e era isso que eu estava à espera que referisse aqui e não fossem confundidos aqui conceitos entre juros, obviamente, têm que ser pagos, não é taxa de juro zero.

Mas a perspetiva, por exemplo, já há pouco falamos dos 600.000 €, é que tendo por base as perspetivas nos próximos 4,5 anos e há pessoas aqui ligadas ao setor financeiro, é que as taxas de juro fixas, à data de hoje por exemplo, já estão na ordem dos 3%, que é abaixo da Euribor. E as perspetivas, ainda bem para todos nós, enquanto particulares, empresas ou municípios, é que as taxas de juro venham a descer para aquilo que é um patamar definido em economia, macroeconomia, quem estudou estas áreas, que é na ordem dos 2%. E esperemos que assim seja, para bem da economia, apesar de todas as incertezas políticas, militares, tudo aquilo que condiciona isto.

Mas aquilo que eu estava à espera que algumas pessoas falassem é que este é um investimento de 13,2 milhões de euros, que são importantes para o nosso concelho se afirmar, quer em termos locais, quer em termos regionais, que vai melhorar a qualidade de vida das populações, e hoje já se falou bastante aqui acerca disto.

E é um aproveitar de fundos comunitários no âmbito deste projeto, estamos aqui a falar de qualquer coisa como 6,9 milhões de euros que, expetavelmente, vamos conseguir obter de investimento a fundo perdido no nosso município. É um investimento de 13, em que vamos buscar cerca de 51%, eu acho que era isso que era importante também, que é um esforço coletivo. Obviamente, que há prioridades e já falam aqui hoje nisso, que são diferentes daquelas que foram definidas, mas estas estão as constantes naquilo que eram as diretrizes definidas por parte do Partido Socialista, no âmbito do seu programa eleitoral.

Depois, fiquei surpreendido também quando a Sra. Deputada Mafalda Batista nos fala da falta de informação, eu fui aqui buscar, por exemplo, a reunião do dia 10 de Abril de 2024, Operação de financiamento - contratação de empréstimo, aqui de 2,7 milhões, grosso modo, que é referente ao Estádio Municipal Dr. António Alves Vieira e que o Movimento terá votado em consciência e que diz assim: «Descrição dos trabalhos - furo

de pesquisa e captação de águas subterrâneas: 33.000 €; arquitetura, estrutura e fundações: 346.000€, pista de atletismo: 853.000€, iluminação do estádio: 466.000€; relvado: 329.000€; alternativa de campo de jogos: 360.000€; revisão de preços: 383€, totalizando 2,7 milhões. Portanto, quando nós votamos estes pontos, nesta mesma Assembleia e depois vamo-nos queixar que não há informação, parece-me que não é correto dar essa justificação. Adicionalmente, o Sr. Presidente já aqui falou que sempre que há esse tipo de necessidade podem consultar diretamente os Serviços. Era estes dois, três aspetos que eu gostaria de referir.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções (2 do BE e 1 da CDU) e vinte e oito votos a favor dos restantes membros:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até ao montante de 457.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra de “Pavimentação de S. Pedro – I e II fase”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ
788.000€ - REABILITAÇÃO DO QUARTEIRÃO CULTURAL**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 2).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção (CDU) e trinta votos a favor dos restantes membros:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até 788.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra de “Reabilitação do Quarteirão Cultural”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ
2.775.000€ - REQUALIFICAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL –FASE II**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 3).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções (2 do BE e 1 da CDU) e vinte e oito votos a favor dos restantes membros:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até 2.775.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra de “Requalificação do Estádio Municipal – Fase II”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ
777.000€ - CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARIA - II FASE**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 4).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até 777.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra do “Centro Escolar de Santa Maria - II Fase”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**6 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ
1.380.000€ - REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 5).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções (BE) e vinte e nove votos a favor dos restantes membros:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até 1.380.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra de “Requalificação da Rede Viária do Concelho”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO ATÉ
245.000€ - REABILITAÇÃO DO LARGO DO VIRGÍNIA**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 6).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Antonio Lemos: “Em relação ao ponto 7., o Movimento Pela Nossa Terra votará contra a contratação deste empréstimo, dado que sempre esteve contra este tipo de projeto a implementar no Largo Virgínia, mas, principalmente, e pelas informações que temos, por ir retirar lugares de estacionamento numa zona cada vez mais problemática para estacionar, depois da concentração dos serviços públicos existentes nessas redondezas. Portanto, ainda vai gravar mais o estacionamento. O nosso Vereador António Rodrigues esclareceu isso mesmo em reunião de Câmara, portanto, vamos votar contra.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra (MPNT), três abstenções (2 do BE e 1 da CDU) e vinte e quatro votos a favor dos restantes membros:

1 – Aprovar a contratação da operação de financiamento até 245.000€, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, para a obra de “Reabilitação do Largo do Virgínia”.

2 – Autorizar a assunção dos compromissos plurianuais associados à operação de financiamento em causa. -----

**8 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DA 6.ª ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES
NOVAS (PDM)**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 05.06.2024 (Anexo 7).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “Este ponto, na realidade, são dois pontos, um diz respeito, digamos, à integração da legislação de estacionamento com o turismo de Portugal, enfim, toda a gente leu, ao qual não temos qualquer tipo de oposição, e outro que tem a ver com os painéis escolares. No que diz respeito ao enquadramento da atividade de produção de energia com painéis solares, o Bloco de Esquerda revê-se nas preocupações manifestadas pelo ICNF.

Referimos, em particular, a não aceitação por parte da Câmara, das desconformidades em matéria de competências da Proteção do Sobreiro e da Azinheira e também quanto à isenção de Avaliação Ambiental Estratégica, porque a proposta não considera o efeito de escala de pequenas áreas de produção de energia e os seus efeitos cumulativos.

O ICNF diz, passo a citar: “A CMTN insiste em referir que se trata de uma pequena alteração regulamentar projetada para acolher apenas instalações de produção de energia a partir de fontes renováveis de pequena escala, espacialmente irrelevantes no território, como é referido, mesmo quando considerados os efeitos cumulativos de múltiplas instalações. Nesta argumentação o ICNF, enquanto entidade com responsabilidades ambientais específicas, considera que a CMTN deve demonstrar o alcance espacial que esta medida tem no território do concelho de Torres Novas, em percentagem e hectares,

assim como, em que medida é suscetível de afetar áreas mais sensíveis como são as áreas abrangidas por zonas classificadas e corredores ecológicos”.

No relatório de ponderação a Câmara optou por não acolher as preocupações manifestadas pelo ICNF e, por isso, o ICNF dá um parecer condicionado à proposta da 6ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Novas.

Aliás, o BE já tinha manifestado algumas destas preocupações nas perguntas apresentadas à Câmara na sua intervenção da Assembleia Municipal extraordinária de dia 31 de março de 2023, eu não tive a oportunidade de ver os emails todos, mas creio que essas perguntas ainda não se encontram nas respostas da Câmara Municipal.

Consideramos que num tema com esta sensibilidade tem que ser possível obter uma solução concertada, entre todas as entidades que participam na Conferência Procedimental, de forma a permitir uma concordância unânime.

Por outro lado, no relatório de fundamentação, está escrito pela Câmara que, “nos últimos anos têm existido várias pretensões de investimento, que são depois abandonadas por ausência de enquadramento regulamentar... e desadequação de regras”.

A pergunta é óbvia: Porque é que este tema se tornou agora tão urgente e tão de repente? Se houve tantos investimentos que não puderam ser concretizados por falta de regulamentação, seria bom que nos dissessem quais foram esses investimentos.

A realidade, é que conseguimos entender o que estamos a votar, mas não sabemos porque é que estamos a votar neste momento em que, tanto quanto sabemos, o PDM terá o processo de revisão concluído em 2024.

Continuamos a fazer remendos e com esta manta de retalhos, um dia destes corremos o risco de ver as nossas aldeias povoadas de painéis solares e cada vez mais despovoadas de gente.

E, se tiverem dúvidas, vejam o novo canal 9, numa reportagem que saiu há dois ou três dias, do que é que aconteceu na Freguesia de Cernache, em Coimbra, com os painéis solares, agora, muito recentemente.”

Júlio Costa: “Não tendo objeções à proposta de alteração no que diz respeito aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento em empreendimentos turísticos, a CDU estranha a posição da Câmara relativamente à dispensa de Avaliação Ambiental Estratégica, no que toca à atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis.

A Avaliação Ambiental Estratégica é um instrumento que permite a avaliação de eventuais efeitos negativos no ambiente que uma determinada opção de desenvolvimento possa introduzir, numa fase ainda anterior ao lançamento de projetos concretos.

Essa deveria ser a preocupação subjacente aos documentos do PDM, ao enquadrar a atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Uma prevenção. Uma precaução.

Mas não, sem se dar ao trabalho de apresentar justificação que fundamente o seu entendimento, de que o que está em causa são instalações de produção de pequena escala, pouco ou nada relevantes no território, a CMTN decide dispensar a realização de Avaliação Ambiental Estratégica.

Por estas razões, a CDU vota contra.”

André Valentim: “Considerando o que o Rui Alves Vieira disse, isto não são dois pontos, são três. Estamos a esquecer, o ponto principal que é o estado de revisão do nosso PDM. Estamos, mais uma vez, a fazer adendas, bem sei que hoje, na documentação enviada pelo Sr. Presidente da Assembleia, das solicitações do Bloco de Esquerda, vinha lá uma consideração sobre o ponto de situação da revisão do PDM. E essa vontade de concluirmos até 2024, no ofício que foi enviado pela empresa responsável pela revisão, esse objetivo 2024 não parece tão patente, porque a resposta foi um tanto quanto omissa, portanto, voltamos aqui a questionar, qual é o ponto de situação de revisão do nosso PDM? O que é que estamos a fazer, estamos dependentes do quê?

Sei que há n reuniões de concertação necessárias, mas seria bom que nos informassem aqui do que é que se tem feito ao longo deste tempo, porque o e-mail recebido não é claro, bem como, voltar a questionar qual é o prazo previsto, porque final de 2024 parece-me um otimismo excessivo.

Relativamente à questão da capitação automóvel, nada temos a opor, a única consideração que fazemos é que no ponto 6 do artigo 85º, não sei em termos administrativos e de tramitação quando é que esta alteração entrará em vigor, mas convém que entre simultaneamente com uma revisão do Regulamento de Taxas porque, no ponto 6, diz claramente que a dispensa total ou parcial da dotação de estacionamento exigível nos termos anteriores dá lugar ao pagamento de uma compensação ao município, nos termos definidos em regulamento municipal. Portanto, vamos aprovar hoje aqui uma alteração ao PDM, eu fui consultar o Regulamento de Taxas e não vejo nenhuma estimativa deste

valor, nem vejo a acompanhar aquilo que estamos hoje a discutir uma proposta de revisão do Regulamento de Taxas. Tendo em conta toda a tramitação necessária à revisão do Regulamento de Taxas, vamos aprovar a revisão do PDM, há-de entrar em vigor e, se calhar, esta quantificação vai ficar para aprovação do Regulamento de Taxas, não sei se é mais rápido, mais cedo.

Relativamente à questão das instalações de produção de energia, nós concordamos genericamente com esta perspetiva. Não estamos a falar só de painéis fotovoltaicos, estamos a falar de eventuais torres eólicas, portanto, ao nível do impacto visual e ambiental também tem a ver com esta situação. A questão da avaliação de impacto ambiental, compreendo as preocupações e, se calhar, alguns casos não estão tipificados, faria todo o sentido, mas a própria lei geral penso que, da interpretação que fizemos, isenta essa situação. Mas, de qualquer maneira, esta proposta do regulamento tem aqui duas ou três questões muito concretas, que nos suscita algumas dúvidas. Primeiro, admite a instalação exclusivamente nas áreas de espaço agrícola não incluído em RAN, espaço florestal de produção e espaço agroflorestal, admite-se exclusivamente nestas classes de espaço. No entanto, não falamos em espaço industrial, existem provavelmente espaços industriais no nosso município e, imaginemos que é o espaço industrial da Cratoliva, que está classificado como espaço industrial, se de hoje para amanhã há uma deslocalização ou uma vontade de mudar, e naquele espaço industrial em concreto que poderia ter esse uso para produção de painéis fotovoltaicos, não permite essa situação.

Temos outras unidades industriais no concelho que já implantaram alguns painéis solares, não sei se é exclusivamente para autoconsumo ou não, esta proposta de alteração fala, no nosso entender, de instalações destinadas a autoconsumo, não fica muito claro se se destina apenas a autoconsumo ou se permite também a venda à rede, que é o que muitos de nós fazemos aqui.

Relativamente às distâncias aos aglomerados, efetivamente está prevista uma distância de 100 m aos espaços urbanos e espaços urbanizáveis, no entanto, sabemos que a dispersão do nosso parque edificado é significativa, no limite, podemos ter fora dos nossos aglomerados rurais, em sede de revisão do PDM espero que esta redação seja alterada e passe a considerar aglomerados rurais, mas isso é outra discussão. Mas vamos ter esta possibilidade de espaços entre os espaços agrícolas e das nossas habitações, fora dos aglomerados urbanos, que a 10 m podemos ter um parque eólico, um parque fotovoltaico, a 10 m das nossas extremas. Não sabemos com que dimensões, porque em lado nenhum

nós temos referido um rácio por hectare, tenho 100 hectares, no limite, observando as extremas por questões de segurança contra incêndios e tudo mais, mas, se calhar, estou a falar de uma presença de 80% a 90 % de área ocupada. Achamos que era importante prever rácios para esta infraestruturização, de modo a salvaguardar que não tenhamos um território densificado com este tipo de infraestruturas.

Por fim, achamos que, à semelhança do que foi já aqui referido, se houve tantas intenções de investimento, acho que seria bom e nós perguntamos aqui claramente, se existem potenciais investimentos no nosso concelho nesta área e onde é que eles se localizam? Porque seria bom, mesmo em sede de revisão do PDM esses eventuais investimentos poderem já ser contemplados, de alguma maneira.

Em suma, existem aqui algumas normas passíveis de alguma interpretação dúbia, que nem sempre é bom nestes casos, mas ainda assim compreendendo os princípios gerais desta proposta de alteração, iremos votar favoravelmente, reiterando a necessidade de termos uma efetiva revisão do nosso PDM, e não alterações sucessivas.”

Vice-Presidente: “Efetivamente, trata-se de duas alterações importantes, uma delas tem a ver com o turismo e é importante porque temos, efetivamente, projetos entrados no município de unidades hoteleiras de cinco estrelas, que os lugares de estacionamento são de tal forma desproporcionados que ou não eram feitos os investimentos, em muitas centenas de milhares de euros, que não se justificam nem faz sentido, põe até em causa os próprios investimentos. Portanto, isto no fundo é uma correção, não é por acaso que o Turismo concordou. O ICNF não concordou, mas o ICNF normalmente não concorda, mas até está a reduzir o número de lugares, ocupará até menos área, menos terreno, menos árvores a abater, em princípio, até será mais positivo. Penso que aquilo é uma questão de doutrina. Relativamente à questão dos painéis fotovoltaicos, o próprio Deputado Municipal Valentim acabou por apresentar aqui algumas situações, penso que ele não falou nesta, que é o afastamento aos leitos, às margens do rio de 500 m, afastamento ao espaço urbano e urbanizável de 100 m, penso que este referiu, portanto, está salvaguardado tudo isto. Porque é que a questão das árvores não ficou aqui salvaguardada, ao contrário daquilo que o ICNF queria, porque a própria legislação obriga a ter que cumprir essa questão de derrube de determinadas espécies. Não é necessário estar vertido aqui porque a própria lei obriga, não há derrube desse tipo de árvores sem autorização

prévia do ICNF, o ICNF terá de ser sempre ouvido nesse sentido. Isto não autoriza o corte indiscriminado de qualquer tipo de árvore.

Posso dizer-vos que havia algumas unidades pedidas para Torres Novas, mas neste momento caíram, portanto, não faz muito sentido estar a falar, uma era para a Lamarosa, num espaço de eucaliptos, até chegaram a cortar o eucaliptal para pôr os painéis, mas não havia cabimento no nosso PDM para acolher. O que é que nós fizemos, respondemos à necessidade da parte da hotelaria, porque temos projetos em andamento e como havia estes processos antigos que, apesar de já estarem extintos, não quer dizer que não possam ressurgir, ou aparecer outros, nós entendemos que “já que vamos fazer uma alteração, fazemos duas alterações”. Lembro aqui também que isto foi para discussão pública e não houve, da parte dos munícipes torrejanos, qualquer reclamação ou qualquer sugestão relativamente a este aspeto.

Quando falamos em energias renováveis é um desígnio nacional, foi um desígnio durante muito tempo, continua a ser um desígnio nacional, Portugal assumiu em determinado momento acabar com as centrais a carvão, e bem, precisa efetivamente de ter outras fontes energéticas, as energias renováveis, os painéis fotovoltaicos é uma boa resposta a essa necessidade. Entendemos que o Município de Torres Novas deve criar condições, também, para que se possa dar uma boa resposta a esta necessidade nacional.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra (CDU), duas abstenções (BE) e vinte e oito votos a favor dos restantes membros, aprovar a 6.ª Alteração ao PDM de Torres Novas, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT. -----

**9 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO DO
ALMONDA PARQUE**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 05.06.2024 (Anexo 8).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Nuno Cruz: “Após discussão pública e concordando na essência com aquilo que é o que está vertido no Regulamento determinado para a utilização do parque de estacionamento,

há duas questões que estando omissas para nós fariam sentido que pudessem ser consideradas no futuro. No âmbito do projeto de assistência regular ao associativismo, a Câmara tem vindo a apoiar financeiramente um conjunto alargado de entidades, seja de forma material ou por cedência de meios, pelo que qualquer iniciativa tomada no sentido de apoiar as associações ou entidades equiparadas, sobretudo se esse apoio não constituir um custo acrescido para o município, deverá ser sempre de considerar. Como é do conhecimento geral, estas associações têm uma subsistência muito difícil sempre condicionada, pelo facto das receitas conseguidas serem escassas e os custos de existência serem cada vez mais elevados. Desta forma e no sentido de ajudar a prevenir o desgaste prematuro das viaturas ao serviço do associativismo no concelho, perguntamos se está ou poderá estar prevista a cedência de alguns lugares estacionamento para estas entidades para poderem abrigar as viaturas quando não estão a uso.

Outra questão, também não prevista no Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque, é a condição de utilização dos postos de carregamento para viaturas elétricas. É de saudar o facto do município ter contemplado os postos de carregamento na estrutura do estacionamento e, igualmente de saudar, o facto de como promoção da utilização de viaturas verdes, ter facilitado aos utilizadores a possibilidade de efetuar o carregamento das suas viaturas sem custos. No entanto, esta solução seria sempre uma solução o prazo, uma vez que a perpetuação da gratuitidade potência a pouca rotação de viaturas, sendo os postos utilizados normalmente sempre pelos mesmos utilizadores, não estando disponíveis para utilizadores não habituais, o que contraria o princípio da disponibilização universal do serviço. Perguntamos, portanto, se existe ou está em preparação, algum projeto de alteração às condições de utilização destes equipamentos?"

Rui Alves Vieira: “Existe um grave problema de ordenamento do trânsito e uma grande falta de estacionamento em Torres Novas e de forma particular na zona velha da cidade. Este problema vem-se agravando há anos, sem que o PS consiga resolvê-lo ou sequer atenuá-lo. A Escola de Polícia é uma das causas, mas não é a única, maus hábitos de deslocação individual dentro das cidades e quase ausência de transportes coletivos também contribuem para a situação atual.

As consequências disto são várias, desde logo, o estado caótico do estacionamento com uma imagem pouco abonatória para a cidade, mas os comerciantes também são vítimas, em especial, os comerciantes do mercado municipal, em particular à terça-feira são

duplamente vítimas. Os residentes do centro histórico não têm alternativa e quem vem de fora da cidade também não se safa, muitas vezes, são as grandes superfícies que agradecem.

O parque de estacionamento agora alvo de regulamentação encontra-se cheio na generalidade dos dias, durante o dia. Quem chega ao parque depois das 9h ou até às 18h, dificilmente encontra espaço desocupado. Uma parte desta ocupação é abusiva, muitas horas e vários dias, mas a atual situação permite-o.

A proposta agora apresentada é para salvaguardar a Câmara nos potenciais conflitos para acabar com os estacionamentos abusivos. Para tal, propõe a CM proibir o estacionamento para além de 3 dias, artigo 8º nº1 b). As outras propostas são coisas mais ou menos óbvias, ou de menor importância, por isso não há grandes considerações.

Ora, a proposta de 3 dias é chover no molhado, continua a servir de garagem durante três dias, não permitindo a rotatividade de lugares vagos como se impõe como, aliás, já foi aqui referido.

Sem que tenha uma ligação direta a este regulamento, aproveitamos a oportunidade para voltar a propor a construção de wc's no interior do parque, para apoio a este e ao jardim que está anexo.

O nosso voto é de abstenção.”

Mafalda Baptista: “O Movimento Pela Nossa Terra votará favoravelmente o Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque proposto pela Câmara Municipal, mas perguntamos como será feita a verificação da alínea b) do ponto 1 do oitavo artigo, que diz que é estacionamento abusivo aquele estacionamento que seja superior a 3 dias. Iremos ter leitor de matrícula na entrada do parque com cancela e leitor de matrícula à saída ou será implementado outro sistema?

Aproveitamos para perguntar, já agora, que estamos a falar de estacionamento, se já foi criado o estatuto ou o dístico de residente para os moradores nas zonas que têm o limite máximo de estacionamento de 8 horas e quanto é que tem custado, por mês, ao Executivo o serviço de gratificado solicitado à PSP, para verificar o cumprimento desta norma na cidade? E, já agora, qual é a receita obtida com estas coimas?”

Presidente da Câmara: “Antes de mais, todos sentimos de há anos a esta parte, a questão das viaturas e o estacionamento de viaturas e Torres Novas, se calhar, triplicou o número

de carros. Eu costumo dar como balão de ensaio a Rua Miguel Arnide, a rua onde nasci, onde me habituei a andar e lá passava, hora a hora, se calhar, lá algum carro e, hoje, vemos aflitos com as viaturas estacionadas de um lado e do outro.

No Mercado, vemos uma série de carros e pensamos que no dia de mercado está lá muita gente e depois, afinal, os carros que lá estão nem correspondem às pessoas que estão no mercado, portanto, temos este problema grave na nossa cidade.

Agora, a nível do parque semi-subterrâneo, antes de mais, dizer o que vai aliviar também aquela questão que há bocado foi aqui falada do Largo do Virgínia, vai ser permitido de novo o estacionamento na parte superior do parque subterrâneo. Havia dúvidas da sustentabilidade técnica, mas ultrapassada que foi essa dúvida, vamos começar a permitir, novamente, o estacionamento em 50% de toda a plataforma superior.

Em relação aos postos de carregamento elétricos, é uma das questões que nós estamos a rever, se vamos até entregar a alguém que explore, se é a Câmara e a pagar. Tem havido muitos abusos a nível dos postos de carregamento elétricos, sai cara à Câmara, é uma medida salutar em termos ambientais, mas ou contempla toda a gente ou então... pelo que sabemos, tem havido abusos até de gente que já descobriu, vamos chamar, o filão que está ali, de gratuidade e que até de outros concelhos vêm cá e aproveitam e põem lá os carros. É uma questão que estamos a ver o que é que havemos de fazer.

Ainda em relação ao estacionamento, o Luís Fanha disse que não se têm criado zonas de estacionamento, não posso concordar porque o Rio Frio dá ali uma resposta brutal de estacionamento. É propriedade da Câmara, tem um projeto que ainda não está completo, também para estacionamento.

Depois, temos os incumpridores e algumas instituições incumpridoras, instituições não, pessoas que fazem parte, e estou a lembrar-me, conseguimos fazer um protocolo que foi à Câmara, com a Rodoviária do Tejo, para que nas antigas oficinas e é um espaço enorme, pudessem os formandos da PSP e só os formandos da PSP, pôr lá as viaturas. Não está a ser cumprido, vou ter que pedir uma reunião ao Sr. Diretor da PSP, ou começamos a penalizar os formandos, porque estão em tempo abusivo a tirar espaço aos vulgares cidadãos que querem lá por o carro, porque ficam lá com o carro parado durante toda a semana até acabar a instrução.

Agora vai aliviar, dia 2 de julho, aproveito para dizer, é o Dia Nacional da PSP em Torres Novas, vai ser uma grande festa nacional da PSP, eles depois vão de férias e vai ali haver um alívio, mas em termos de continuidade tem que se resolver essa situação.

A questão dos wc's, acho que é uma questão bem posta e temos que pensar nisso e também não deverá ser assim tão complexo resolver-se a situação ali na zona.

Não temos ainda a questão dos dísticos. Os gratificados que temos dado à PSP, de valores não faço a mínima ideia, paramos, entretanto, eles têm feito o seu trabalho, castigador também, é o papel da PSP, aplicar multas quando há mau estacionamento. O Presidente da Câmara, Pedro Ferreira, todas as semanas recebe reclamações de munícipes, tinham o carro mal-estacionado e apanham 30€ de multa. Mas eu não sou polícia, temos a delegação de competências, que eu preferia não ter, da parte do Governo para termos nós que gerir as multas, como se não tivéssemos já trabalho que chegasse, só nos dá chatices, mas são coisas que têm que ter um determinado caminho.

Para lá disto, salientava sobretudo os postos de carregamento elétricos, estamos a rever. A questão das associações, acho que merece uma atenção especial, é verdade, mas também um pequeno estudo e talvez um inquérito às associações, porque uma outra que eu me lembre certamente precisarão, até por proximidade da sede onde estão. Mas, o município tem muitas associações e não sei, merece, pelo menos, uma reflexão e vou transmitir ao Vereador que tem o pelouro para aprofundar isso, porque não é uma coisa que não possamos fazer, se houver associações realmente carenciadas a esse nível poder facilitar.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções (BE) e vinte e nove votos a favor dos restantes membros, aprovar o Regulamento Municipal de Estacionamento do Almonda Parque. -----

10 - APRECIACÃO E VOTACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, REQUERIDA PELA GENUÍNOS E DEDICADOS – ASSOCIAÇÃO

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 08.05.2024 (Anexo 9).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Rui Alves Vieira: “As isenções de taxas, normalmente, são passadas a correr, já estamos todos cansados a esta hora e pouco ligamos a isto, mas nós perguntamos, estamos aqui

com o Regulamento, que vem de 2010, que provavelmente deverá ser reanalisado. Em relação aos pontos 10 e 11, não entendo muito bem o que é que estamos a votar, estamos a votar a isenção por 5 anos da realização dos eventos previstos nos estatutos dessas associações ou estamos também a votar qualquer atividade específica que estas associações irão desenvolver neste momento?

Obviamente, o Regulamento permite, não é isso que está em causa, apesar do BE ter uma posição contrária a isenções tão prolongadas no tempo, que ultrapassam o período de um mandato autárquico.

Consideramos, por isso, que a CM deveria ter o cuidado de informar a Assembleia sobre as iniciativas que lhe são apresentadas, senão nestes casos, de isenções tão prolongadas no tempo, nunca mais iremos saber quais as atividades que estas associações estão a desenvolver.

Temos que decidir isso de uma vez por todas, isentamos a associação, está isenta a partir de agora, daqui a 5 anos voltaremos a ouvir falar.

Estas isenções pelo período de 5 anos são renováveis uma vez, por igual período, mas, de facto, é um tema que que nós votamos todos aqui de olhos fechados e, se é assim, se calhar, o melhor é não votar.”

Presidente da Câmara: “A questão das associações e o regulamento, nós partimos do princípio que todas as associações que temos, estão agarradas ao nosso associativismo e, anualmente há relatórios sobre o trabalho que elas fazem, são as associações que têm vindo aqui para nós isentarmos. Julgamos que é um bom papel social que estamos a ter também para facilitar e dinamizar as atividades que eles têm

Devo dizer que, por vezes, aparecem pedidos de isenções em que nós aprofundamos muito que tipo de associação é, o que é que pretendem fazer, já tem acontecido também algumas dúvidas, mesmo internamente na Câmara, se havemos de propor a isenção ou não. Neste caso, estamos esclarecidos, conhecemos as associações, sabemos que fazem um bom trabalho.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pela Genuínos e Dedicados – Associação. -----

**11 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTOS, REQUERIDA PELO MOTOCLUBE MÓS ROLANTES**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 05.06.2024 (Anexo 10).

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de eventos, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pelo Motoclube Mós Rolantes. -----

**12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL,
DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PARA REALIZAÇÃO DE
EVENTO, REQUERIDA PELO AGRUPAMENTO 65/ DELEGACÃO
DE TORRES NOVAS**

Acerca deste assunto, foi distribuída a todos os membros cópia da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal realizada em 19.06.2024 (Anexo 11).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Hugo Tomé: “O Movimento Pela Nossa Terra votará favoravelmente esta isenção para o evento solicitado, apesar de o mesmo já ter decorrido no passado dia 22 de junho. Aqui, o que esta Assembleia está a votar é a isenção de uma verba de 143.55€, valor calculado pelos Serviços. Estranhamente, o que esta Assembleia Municipal votou nos dois anteriores pontos é a isenção de uma verba igual, no valor de 143.55€, no entanto, a isenção nos dois casos anteriores, não é para um evento, é para um espaço temporal de 4, 5 anos, respetivamente. Como é possível o valor ser o mesmo, consegue o Executivo justificar este pormenor, tem competência esta Assembleia para isentar valores que não são do seu conhecimento? É uma pergunta que aqui deixamos.”

Presidente da Câmara: “Os valores são calculados pelo Associativismo, pela secção de Taxas, e presumo que estão bem, ser o valor igual com o pedido por 5 anos é uma questão

que poderá ser aprofundada, mas não sei responder, pode estar perfeitamente legal essa situação, não tenho condições aqui para esclarecer. Parece haver alguma lógica na questão que estão a pôr, se calhar, seria 5 anos corresponder a 5x143€, é uma questão que poderei aprofundar.”

Vice-Presidente: “Salvo melhor opinião, penso que sei o que é que se trata, estamos a falar de todos 145€, igual para todos. Neste momento, o que é que acontece, as outras associações pediram para um período temporal maior, ou seja, nos próximos anos já não vêm cá pedir isenção nenhuma, nem sequer vão ter que pagar porque já está para 5 anos. No fundo, o que facilita é o processo administrativo burocrático que fica feito de uma só vez para 5 anos, basicamente. Penso que isto está previsto, não tenho a certeza, mas está previsto em lei, não é em regulamento do município, é lei.”

André Valentim: “Isto é uma questão pertinente até para efeitos contabilísticos do município porque, julgo eu e não dominando toda esta questão, se nós estamos a isentar uma taxa é com base no Regulamento de Taxas, é um evento de 145 €, nós não sabemos quantos eventos as Mós Rolantes vão fazer nos próximos 5 anos. Se cada evento corresponde a 145€, vai fazer um por ano, vai fazer cinco, vai fazer 100, e aí, já estamos a isentar 14.000€. Portanto, à semelhança do que foi aqui dito inicialmente, se calhar, carece de alguma clarificação em termos contabilísticos, eu sei que é uma simplificação do ato em si, mas para que todos fiquemos confortáveis com estas tomadas de posição. E não é a questão da associação ser a, b ou o tipo de evento, mas contabilisticamente poderá haver aí alguma necessidade de enquadramento. É esta questão, não sabemos se são 10 eventos e se cada evento corresponde a 100€ ou 140€ ou se é um evento, há aqui uma clarificação que todos nós gostaríamos de ter.”

Presidente da Mesa: “Eu sugiro que o Sr. Presidente, na próxima Assembleia, traga esse assunto esclarecido, parece que tem alguma pertinência esta pergunta.

Agora vai ser votado, também não é preciso ser já amanhã, eventualmente, numa próxima Assembleia em que votemos assuntos idênticos não se volta a colocar a questão, sendo certo que esta questão das isenções de taxas é uma questão recorrente aqui. Há dúvidas, muitas vezes levanta-se a questão de que não era preciso vir aqui, já ouvi dizer isso, outras vezes já queremos saber tudo ao pormenor, portanto, convém clarificar isto. Eu também

concordo que, já que aqui vem, que venha clarificado, sugeria ao Sr. Presidente, na próxima Assembleia, esclarecer-se isto da melhor maneira.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de pagamento de taxas para a realização de um evento, ao abrigo do disposto no artigo 6º do Regulamento Municipal de Taxas, requerida pelo Agrupamento 65/ Delegação de Torres Novas.-----

13 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A “RUA DA AMENDOEIRA”, APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA

Foi feita a seguinte apresentação:

Luís Miguel Fanha: “Mesmo no centro histórico da cidade, a 50 metros da Praça 5 de Outubro, existe um espaço, no caso uma rua inteira, que se desenvolve em “V”, conforme imagem que vocês não vão poder ver, mas que eu tenho aqui, cujo estado de conservação é deplorável.

Outrora, espaços de habitação, encontra-se ao abandono há largos anos, atualmente uma ruína contínua, degradante e insalubre, em convívio íntimo com habitação recentemente reabilitada, conforme se pode verificar nas imagens, que vocês também não vão ver.

É uma situação de perigo iminente, ou de derrocada, ou de saúde pública e incompatível com uma cidade do século XXI que se pretende com vida e com dignidade para quem aqui quer habitar e acolhedora para aqueles que nos visitam.

Nem proprietários, nem autarquia mostraram até agora alguma preocupação face a um espaço que nos devia envergonhar. Não é possível fingir que não se passa nada!

A lei confere à autarquia todos os poderes para intervir, seja para defender a saúde pública, seja para intervir no património construído.

Acresce que temos um problema grave de habitação, em que não se vislumbra qualquer início de resolução apesar de vários projetos.

A Assembleia Municipal de Torres Novas recomenda à Câmara Municipal uma intervenção urgente na rua da Amendoeira de forma a pôr fim àquele estado degradante e de miséria em que se encontra.”

Foram feitas as seguintes intervenções:

José Santos: “O Movimento Pela Nossa Terra votará favoravelmente esta Recomendação, acrescentando que sejam tomadas as mesmas medidas noutras situações anómalas verificadas em todo o concelho.”

Francisco Dinis: “Relativamente a este assunto e reconhecendo a pertinência da recomendação que é aqui trazida pelo Bloco de Esquerda, o Partido Socialista votará favoravelmente a recomendação apresentada. No entanto, fazer aqui uma ressalva de algumas considerações que são tidas na apresentação no texto aqui lido, que o Bloco de Esquerda tem e já é um traço comum, de fazer algumas considerações genéricas quanto a algumas questões muito específicas, nas quais nós não nos revemos. No entanto, apesar dessas considerações que eu aqui faço ressalva, não tira o mérito, o espírito e o objetivo da recomendação, por tal, tendo em conta essa conclusão, essa consideração final, o Partido Socialista votará favoravelmente.”

André Valentim: “Iremos votar favoravelmente, queria só lembrar mais uma vez que, estando este imóvel inserido numa Área de Reabilitação Urbana, se os relatórios de monitorização que nós temos constantemente solicitado aqui, sobre a ação do município nas áreas de reabilitação urbana, com necessidades de intervenção, intervenções efetuadas, se tivéssemos esses relatórios, provavelmente, veríamos lá esta situação identificada, que certamente estará e qual o plano de ação para essa intervenção. Por isso, reiteramos mais uma vez que o Executivo envie a esta Assembleia para apreciação e aprovação, se não estou em engano, os relatórios de monitorização do desenvolvimento das ARU’s.”

Presidente da Câmara: “É só dizer que esta situação são casas de particulares, o tapume também é de um privado. A nível do Urbanismo, foi notificado o proprietário para tirar rapidamente a situação, não tem sido fácil. Eu concordo com esta recomendação à Câmara, antes de mais, agora, também não posso ficar calado quando a 100m, se calhar, dessa casa, desta rua, temos uma habitação que a Câmara mandou construir na rua Atriz Virgínia, por exemplo e noutros sítios estão também já a desenvolver-se. Já agora, aproveito para dizer, que na Rua Alexandre Herculano, a antiga casa do Coronel Alho vai

ser adquirida pelo IRHU, através da Câmara, para fazer habitação de apartamentos também, acho que dá para 11 apartamentos, se não estou em erro.

Nós vamos estando atentos, agora, temos muitos casos, há também uma relação dos prédios em ruínas e que são penalizados com o IMI a triplicar, que a Assembleia também votou.

Agora, isto é um processo moroso também em termos orçamentais, devo reconhecer que não é fácil porque são por todo o concelho, há muitas situações parecidas e resolvê-las em pouco tempo, em todas as aldeias há situações similares. Fica o registo, obviamente, que com a deliberação da Assembleia mais força tem e iremos procurar resolver o mais depressa possível.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação sobre a “Rua da Amendoeira”, apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

14 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE O “CARREIRO DAS COBRAS”, APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA

Foi feita a seguinte apresentação:

Luís Miguel Fanha: “A estrada conhecida como “carreiro das cobras” é o último troço de rede viária em terra batida dentro da cidade de Torres Novas e está em vias de deixar de o ser.

Os sobreiros e outras árvores de grande dimensão existentes naquele local, emprestam uma beleza única àquelas poucas centenas de metros que ligam o bairro de Santo António à avenida Andrade Corvo e as suas sombras são vitais para o arrefecimento do ambiente e para mitigar os efeitos nefastos da criação de “ilhas de calor” urbano.

Consideramos que a preservação das árvores de grande porte existentes no Carreiro das Cobras transmitirá a mensagem de que todos queremos uma cidade mais habitável, mais sustentável e de que estamos comprometidos com o combate às alterações climáticas e com a preservação da biodiversidade na nossa comunidade.

A sentença de morte decretada para aquelas árvores é injusta, é desadequada, é desaconselhável. Se os arquitetos e os políticos quiserem as árvores não serão um obstáculo, mas sim um valor acrescentado para o projeto urbanístico.

Os projetos e os interesses urbanísticos não devem sobrepor-se a tudo e a todos, e é necessário que técnicos e decisores políticos tomem consciência desta realidade.

São os projetos urbanísticos que têm de se submeter/adaptar às circunstâncias objetivas dos espaços onde querem intervir e não o contrário. É possível e recomendável uma coabitação pacífica entre os sobreiros, azinheiras e outras árvores no Carreiro das Cobras e a urbanização prevista.

A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que em nome da luta a favor da biodiversidade, contra as alterações climáticas e pela valorização ambiental, reanalise todo o processo e coloque como objetivo a preservação daquelas árvores, o Planeta agradece.”

Foram feitas as seguintes intervenções:

José Santos: “O Movimento Pela Nossa Terra abstém-se nesta Recomendação pois, pelas informações que tem, aquelas árvores colocam antes de mais perigo para a segurança devido à sua idade e estado de abandono. A reflorestação é importante, acreditamos que o projeto contemplará essa mesma reflorestação. É importante e premente a ligação da rotunda de Santo António à rotunda da avenida Andrade Corvo.”

António Lemos: “O Movimento Pela Nossa Terra vai-se abster, mas eu vou votar contra.”

Rui Alves Vieira: “Bem, nós não nos opomos, isso é uma luta que já tivemos e que, neste Momento, não é o que está em causa, o que está em causa não é a manutenção da estrada do Carreiro das Cobras. O que nós achamos é, obviamente, sempre partindo do princípio que as árvores têm condições para ficar e que estão saudáveis, é que é sempre possível projetar de forma diferente. E que é possível, se se quiser, salvar as árvores e manter a estrada. Até porque há muitos locais do nosso país e muitos locais dessa Europa fora que, neste momento, estão a classificar as árvores de grande porte como património de interesse público, isto não é nenhuma novidade. Isto não foi puxado da cartola, há muita gente que o está a fazer e, portanto, este é o espírito desta recomendação: salvem-se as

árvores, altere-se o projeto, faça-se a estrada, porque tudo isso é possível. Porque, senão, nós estamos a assistir a mais um dos grandes paradoxos do município torrejano, no mesmo ano em que aprovamos o Plano de Ação Climática aprova-se, também, o abate de árvores centenárias. Eu não sou dessa opinião, acho que há sempre alternativas ao abate daquelas árvores.”

Presidente da Câmara: O Rui Alves Vieira acabou por dizer uma coisa super importante. Baseado num relatório que os Serviços dos Jardins, uma engenheira habilitada, escreveu e que é sobre a saúde das árvores que estão ali, vou ler muito rapidamente: «Como é do conhecimento, este caminho está encerrado ao público há algum tempo. Este encerramento foi feito pela Proteção Civil devido ao perigo de um sobreiro cair. O sobreiro neste caminho, perto da rotunda de Santo António, está partido e seguro apenas pelo tronco de outro. Considerando o perigo eminente de cair, deveria ser dado conhecimento ao ICNF, para autorização para se retirar. A Proteção Civil irá tratar deste assunto», e anexaram fotografias. «Não é fácil, a olho nu, avaliar o estado fitossanitário das árvores existentes neste caminho, sobreiros e oliveiras. As oliveiras estão abafadas completamente por vegetação, silvas e trepadeiras, quase não se veem. Os sobreiros existentes, na sua maioria, têm a copa a cobrir o caminho.» Também puseram fotografias. O perigo das árvores caírem e provocar danos a pessoas e bens, não é apenas por estarem doentes, mas também pelo desequilíbrio de copa, com as condições climáticas adversas, nomeadamente, muito vento e chuva forte, pode provocar a sua queda e será sempre na direção de maior peso.» O que está previsto, se chegarem mesmo à conclusão de terem que ser cortadas, é serem substituídas por árvores *Liquidambar*, que é uma árvore que os Serviços entendem que deve substituir aquelas que tiverem que ser cortadas. Se quiserem aprofundar o que é que é as *Liquidambar*, espero que sejam umas arvores bonitas e que substituam bem as outras.”

André Valentim: “Só para clarificar, já existe algum projeto de loteamento de urbanização daquele espaço? No âmbito da avaliação desse projeto, um dos elementos necessários é a identificação das árvores existentes e tudo mais, não? É uma estrada pública, há um levantamento topográfico com identificação das árvores, isso faz parte do Código dos Contratos Públicos, dos elementos instrutórios, portanto, há uma avaliação no âmbito ainda que não seja sujeito a licenciamento pela câmara municipal, mas há uma

avaliação pelas entidades competentes, se as árvores têm condições de ficar ou não. Esse projeto está aprovado, já foi avaliado ou ainda estamos a falar aqui de uma intenção? Sei que há o projeto, mas é para avançar no imediato?”

Presidente da Câmara: “Está em concurso público.”

André Valentim: “Portanto, já foi avaliado que as árvores, nesta altura, já está dada a autorização, esperamos nós, pelas entidades competentes para o seu abate ou para a sua manutenção. Portanto, é quase uma não questão, compreendemos as questões de base, mas, se calhar, já estamos aqui um bocadinho tarde porque, provavelmente, essa avaliação já foi feita.”

Presidente da União de Freguesias de Torres Novas – São Pedro, Lapas e Ribeira

Branca: “Gostaria apenas de relacionar este caso e por aquilo que acabei de ouvir, sobre o relatório da engenheira responsável, portanto, as árvores não estão em condições sanitárias para permanecerem. Deixem-me só dar-lhe dois exemplos, eu fui muito criticado por isso. No Largo da Igreja das Lapas, havia um conjunto de árvores e quando se foi tratar da primeira, porque rasgou uma pernada, logo a seguir houve uma série de nomes que nos chamaram. Eu, entretanto, tinha dito para, pronto, não mexerem nas outras. Chama-me o senhor que as andava a podar e diz-me: «Sr. Presidente, venha aqui, por favor». Entretanto, o que é que aconteceu, ele encostou a escada numa daquelas que era para preservar, deitou a mão a uma pernada para cortar um ramo e a pernada caiu. Por acaso, não lhe caiu em cima. Ele chamou-me para ver o estado interior, o miolo do tronco das árvores, fomos analisá-las, estavam todas podres, todas em risco de criar problemas a pessoas. Fomos muito maltratados, mas pusemos árvores novas, agora já somos elogiados.

Mas agora tenho um outro assunto, temos lá uma alfarrobeira que é centenária e essa alfarrobeira, de vez em quando, estão umas pernas a cair. A semana passada ou na anterior talvez, cheguei lá e comecei a ver uma série de folhas a secar, andei de volta daquilo e não consegui perceber onde é que estaria o mal. Pedi à Câmara que fossem lá, foram lá com o carro barquinha e a pernada tinha rasgado no seu pegamento ao núcleo central da árvore. O que é que isto que permitiu ver, é que ela está completamente podre. Outro dia, uma pernada caiu para o lado das escadas que descem para o lado dos Avós e

Netos, por acaso, a nossa funcionária tinha acabado de descer e caiu uma pernada com uma dimensão brutal que, se a apanhava matava-a, é que não restam dúvidas. Estava lá, numa outra altura, um conjunto de pessoas e chama: «Ó Sr. Presidente, venha cá» e, entretanto, o que é que estava a acontecer? Uma pernada da árvore lentamente a descer, quando lá cheguei vi exatamente isso, até que apoiou em cima de outra, porque senão tinha caído e derretido os carros que estavam em baixo.

Às vezes, estas coisas se não forem devidamente avaliadas são depois, facilmente, criticáveis, «o que fizeram à árvore, uma desgraça».

Aquela árvore, tivemos que mandar retirar carradas de caminhonete, de lenha, da árvore, porque todo o núcleo central está podre e, com a carga de lenha que tinha em cima, tínhamos ali um grave problema. Evidentemente, que há sempre aqueles que vão dizer «olha, o que fizeram à árvore», preservamos a árvore.”

Submetida a proposta a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor (2 do BE, 1 da CDU), oito abstenções (4 do PSD/CDS, 1 do Presidente da União de Freguesias de Olaia e Paço; MPNT: Mafalda Baptista, José Santos, Hugo Ferreira), e vinte votos contra dos restantes membros, rejeitar a Recomendação sobre o “Carreiro das Cobras”, apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

15 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL

Acerca deste assunto, foram distribuídas a todos os membros a informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a atividade desta, a informação da situação financeira do Município e a informação dos processos judiciais (Anexo 12).

Foram feitas as seguintes intervenções:

Mafalda Baptista: “Quero aqui o Movimento Pela Nossa Terra chamar a atenção e lançar um alerta ao executivo e a esta Assembleia para os seguintes factos. Sobre aquilo que os próprios serviços demarcam neste documento e da análise efetuada pelo Movimento Pela Nossa Terra, o saldo corrente desde 2021 tem vindo a diminuir, verificando-se em maio de 2024 o valor mais baixo do período homólogo em análise, 2021/ 2024. A despesa com

o pessoal tem vindo sistematicamente a aumentar, atingindo em 2024 o valor mais alto desde 2021 sendo que, hoje, representa praticamente 39% da despesa total, verifica-se um aumento de 33% desde 2021.

Na aquisição de bens e serviços, verifica-se um aumento de 87% em período homólogo, entre 2024 e o verificado em 2021. O equilíbrio orçamental tem vindo a diminuir desde 2023, uma vez que a evolução da receita corrente tem sido inferior ao crescimento da despesa corrente. A amortização média dos empréstimos tem vindo igualmente a aumentar desde 2021. A dívida do município cresceu 10% desde 2021. Concluindo, diz o documento e bem, deverão ser tomadas medidas de redução da despesa corrente, tal como, avaliar a possibilidade de aumento da receita corrente.

O Movimento Pela Nossa Terra pergunta ao Executivo quais as medidas que estão, ou serão tomadas a curto prazo pelo Executivo, e como vê o comportamento financeiro do município no fecho do ano 2024.”

Presidente da Câmara: “Eu agradeço a pergunta, porque isso refere-se a 31 de maio, eu tenho aqui e posso-lhe dar a seguir e dar cópias a todos, ao dia 27 de junho. Receita corrente: 15.392.651,32€, despesa corrente:13.925.469,46€, dá um salto positivo corrente de 1.467.181.086€, 46,25% é o peso que tem a receita corrente. Obviamente que, em maio, ainda nem o IMI está todo recebido. O alerta, se calhar, nem é a primeira vez que aparece, é sempre bem feito, ainda bem que os serviços alertam para determinadas situações, por isso é que há alterações orçamentais.

Às vezes, acusam-nos, de “vinte alterações durante o ano”, é uma figura legal, se a coisa está desequilibrada por um lado, se houve despesas e há que criar receitas. Mas, eu volto a dizer, atenção à perigosidade em chamar a atenção para a quebra das receitas, porque não nos podemos esquecer quando é a altura da votação do Orçamento, tudo quer baixar o IMI, a gratuidade dos TUT, tudo e mais alguma coisa. Portanto, se quiserem propor que a gente aumente, a gente não vai aumentar, mas se quiserem propor para equilibrar as contas, a gente agradece.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar em minuta os pontos 1. a 14. da ordem de trabalhos. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão pela 01:00 horas, da qual se lavrou a presente ata que, após aprovação, vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Sr. Presidente da Mesa, José Manuel Paulo Trincão Marques

1ª Secretária, Maria da Luz Marques Lopes

2ª Secretária, Maria do Rosário Marques Luís
